

CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA DE 2001

RELATÓRIO

I – INTRODUÇÃO

O Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2001 foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4-A/2001/M, de 3 de Abril. O Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2001/M, de 19 de Junho, veio estabelecer um conjunto de normas necessárias à sua execução.

A apresentação intempestiva do Orçamento deveu-se ao facto de ter sido constituído um novo Governo no seguimento das eleições de Outubro de 2000.

Com efeito, a 14 de Novembro de 2000, entrou em vigor o VIII Governo Regional da Madeira com a estrutura definida pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 43/2000/M, de 12 de Dezembro. Daí resultaram alterações na orgânica do Governo Regional, com reflexos em termos da estrutura e elaboração do Orçamento Regional para 2001.

Contudo, enquanto não esteve em vigor o Orçamento da Região para 2001 foi aplicado o regime transitório previsto no artigo 15.º da Lei n.º 28/92, de 1 de Setembro e complementarmente foram transmitidas instruções, através da Circular n.º 8/ORÇ/2000, de 28 de Dezembro, aplicáveis a todos os serviços da administração pública regional.

Os resultados da execução orçamental realizada durante o período transitório foram integrados na Conta da Região de 2001.

Através do Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/2001/M, de 13 de Novembro foi aprovado um orçamento rectificativo ao Orçamento da Região de 2001 o qual alterou os mapas I a IX, anexos ao Decreto Legislativo Regional n.º 4-A/2001/M, de 3 de Abril.

A Conta da Região Autónoma da Madeira de 2001 segue, nos seus traços gerais, a metodologia adoptada para as contas dos anos anteriores.

II – CONTA DA REGIÃO

1. Aspectos gerais

Com o III quadro Comunitário de Apoio e o novo Plano Operacional Plurifundos em vigor, o Governo Regional, à semelhança do sucedido em anos anteriores, continuou a dar prioridade a todas as obras e projectos co-financiados pelos fundos comunitários, pelo que, foi adoptada uma política de contenção e de rigor nas despesas com o funcionamento normal dos serviços.

Face ao disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 3/2001/M, de 22 de Fevereiro e no Decreto Legislativo Regional n.º 2/2001/M, de 20 de Fevereiro, estiveram em vigor na Região as alterações das taxas de IRS e IRC, aprovadas pela Assembleia Legislativa Regional, ao abrigo da Lei n.º 13/98, de 24 de Fevereiro.

2. Resultado da Conta

No Quadro I é apresentado o resultado da execução orçamental da Região desde 1999.

Pela sua análise verifica-se que, em 2001, as receitas efectivas foram de 207,0 milhões de contos e as despesas efectivas foram de 211,9 milhões de contos, o que perfaz um saldo da Conta da Região de -4,9 milhões de contos.

Considerando as amortizações da dívida pública e os outros passivos financeiros cujo valor foi de 8 763,5 mil contos, as necessidades de financiamento, traduzidas pela contracção de empréstimos internos, ascenderam a 13 691,0 mil contos, sendo superiores em cerca de 2 911,4 mil contos às verificadas no ano de 2000.

Para 2001, o limite do aumento do endividamento líquido da Região, estabelecido pelo Orçamento de Estado foi de 6 milhões de contos, limite esse que foi respeitado.

No período em análise (1999-2001) o acréscimo das receitas efectivas foi de 20,8% (35,6 milhões de contos), o que resultou do aumento das receitas cobradas em todos os agrupamentos, com excepção das *outras receitas correntes e da venda de bens de investimento*.

Em 2001, a cobrança das receitas efectivas foi superior em 17,9 milhões de contos à cobrança registada no ano anterior, o que se deveu, essencialmente ao aumento das cobranças afectas a *contas de ordem e recursos próprios de terceiros*.

A cobrança das receitas correntes aumentou 1,8 milhões de contos, em relação a 2000, o que deveu-se, principalmente, ao aumento das cobranças dos *impostos directos* em 3,7 milhões de contos.

Quadro I
Resultado da Conta da Região

(1000 contos)

| Designação | 1999 | 2000 | 2001 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| Execução orçamental | | | |
| Receitas efectivas (a) | 171 389,3 | 189 057,6 | 206 969,8 |
| Correntes | 94 415,6 | 107 530,6 | 109 347,7 |
| De capital | 54 173,1 | 59 857,7 | 57 808,2 |
| Reposições não abatidas | 451,3 | 387,6 | 574,1 |
| Contas de ordem + Recursos Próprios de Terceiros | 22 349,3 | 21 281,7 | 39 239,9 |
| Despesas efectivas (b) | 175 847,7 | 193 593,9 | 211 897,3 |
| Correntes | 96 990,7 | 111 348,9 | 117 045,8 |
| De capital | 56 516,1 | 61 300,0 | 57 392,9 |
| Contas de ordem + Recursos Próprios de Terceiros | 22 340,9 | 20 945,0 | 37 458,6 |
| Saldo da Conta da R.A.M. | -4 458,4 | -4 536,3 | -4 927,5 |
| Amortizações da dívida pública e outros passivos | 119,8 | 6 243,4 | 8 763,5 |
| Necessidades de financiamento | -4 578,2 | -10 779,7 | -13 691,0 |
| Situação de tesouraria | | | |
| Disponibilidades de tesouraria: | | | |
| Saldo inicial | 480,0 | 913,8 | 1 341,1 |
| Produto da aplicação de empréstimos | | | |
| Internos | 5 012,1 | 11 206,9 | 14 623,4 |
| Externos | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Disponibilidades de tesouraria: | | | |
| Saldo final | 913,8 | 1 341,1 | 2 273,5 |

(a) Não inclui a utilização do produto da emissão de empréstimos

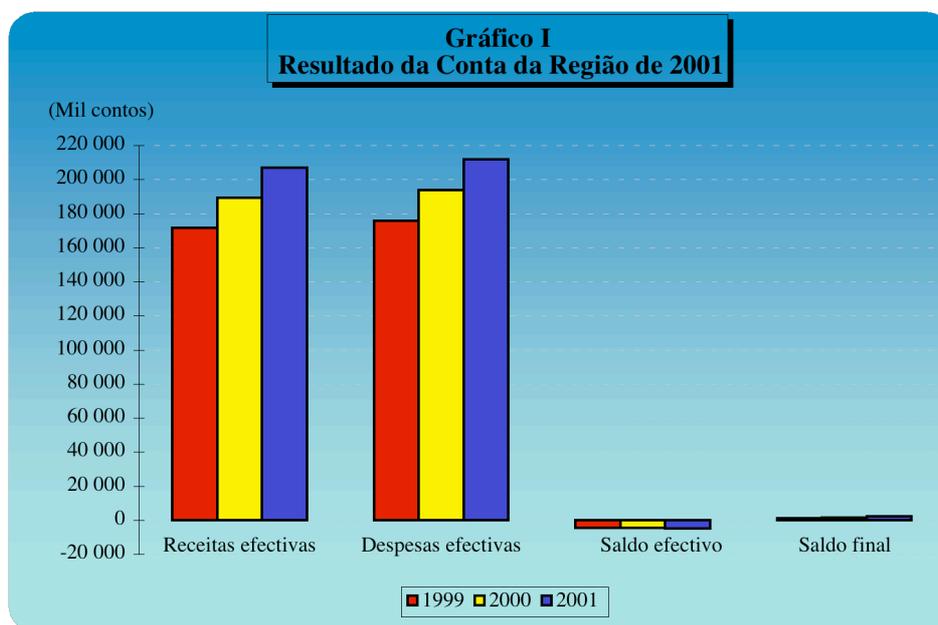
(b) Não inclui os encargos com a amortização da dívida pública

As receitas de capital de 2000 para 2001 diminuíram 2,0 milhões de contos devido à diminuição das cobranças em todos os capítulos deste agrupamento.

As despesas efectivas aumentaram cerca de 9,5% no período 2000/2001, o que resultou, do aumento dos pagamentos efectuados referentes a despesas correntes (5,1%) e a contas de ordem e recursos próprios de terceiros (78,8%). No mesmo período, as despesas de capital diminuíram 6,4%.

Comparando com 2000, os acréscimos mais significativos das despesas efectivas registaram-se nas *despesas com o pessoal* (+4,0 milhões de contos), nas *transferências de capital* (+3,2 milhões de contos), nas *outras despesas de capital* (+2,5 milhões de contos) e nas *transferências correntes* (+1,6 milhões de contos).

As despesas com as *contas de ordem e recursos próprios de terceiros* aumentaram em relação ao exercício de 2000, 16,5 milhões de contos.



As necessidades de financiamento foram cobertas por recurso ao empréstimo interno — *Empréstimos a médio e longo prazos — Outros sectores* — no montante de 14 623,4 mil contos.

Em 2001, o saldo final da Conta foi de 2 273,5 mil contos, correspondendo a um aumento de 69,5% relativamente ao ano anterior. Deste saldo, 2 217,9 mil contos estão afectos aos *recursos próprios de terceiros* e o remanescente (55,6 mil contos) a receitas próprias do Governo Regional.

Nos pontos 3. e 4. do presente relatório será efectuada uma análise da receita e da despesa, o que permitirá explicar os factos que determinaram a evolução do saldo da Conta da Região de 2001.

3. Receita

A evolução da economia portuguesa no período compreendido entre 1997 e 2000 é marcada por uma melhoria dos principais indicadores macro-económicos (taxa de juro, taxa de inflação e taxa de crescimento do PIB). O ano de 2001 inverte esta tendência, sendo caracterizado por uma desaceleração do crescimento económico o que contribuiu para a degradação de alguns destes indicadores. Apesar destes factores, verificou-se um crescimento da receita total da região relativamente aos anos anteriores.

Face aos princípios inerentes na Lei n.º 13/98 de 24 de Fevereiro (Lei das Finanças Regionais), em que está consagrado a salvaguarda da receita gerada na Região Autónoma da

Madeira, em termos globais, constata-se que continuam a existir vários incumprimentos, por parte de várias entidades públicas e privadas, embora já tenha sido iniciada a sensibilização no sentido do seu cumprimento.

Quadro II
Receitas - Execução orçamental de 2001

(1 000 contos)

| Designação | Orçamento inicial (1) | Orçamento final (2) | Execução orçamental (3) | Diferenças | |
|----------------------|--------------------------|------------------------|----------------------------|------------|-----------|
| | | | | (2)-(1) | (3)-(2) |
| Receitas totais | 271 391,7 | 288 852,2 | 221 593,2 | 17 460,5 | -67 259,0 |
| Receitas efectivas | 256 667,7 | 288 352,2 | 221 019,1 | 31 684,5 | -67 333,0 |
| Passivos financeiros | 14 724,0 | 500,0 | 574,1 | -14 224,0 | 74,1 |

São esses os aspectos que explicam, em parte, o crescimento médio constatado nos últimos dois anos nas receitas fiscais, designadamente no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e colectivas, respectivamente (IRS) e (IRC), no imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e nos impostos especiais de consumo.

O valor das receitas totais cobradas durante o ano de 2001, incluindo as *contas de ordem e recursos próprios de terceiros*, foi de 221,6 milhões de contos, valor inferior em 67,3 milhões de contos ao montante inscrito no orçamento final (-23,3%) e em 49,8 milhões de contos relativamente ao orçamento inicial (-18,3%).

Comparativamente ao orçamento final, a diferença deveu-se em grande parte ao comportamento verificado nas cobranças dos seguintes agrupamentos das receitas: nas *transferências de capital* (-38,9 milhões de contos, o que equivale a -40,3%), nas *contas de ordem + Rec. p. de terceiros* (6,5 milhões de contos, i.e. -14,2%), nos *impostos indirectos* (-12,4 milhões de contos, i.e. -15,6%) e nos *impostos directos* (-6,7 milhões de contos, i.e. -15,5%).

3.1 Alterações orçamentais

Entre o orçamento inicial e o final registam-se diferenças devidas ao orçamento rectificativo no montante de 12,0 milhões de contos na rubrica *Contas de Ordem* e a abertura de créditos especiais num total de 5 460,4 mil contos, sendo repartidos da seguinte forma: 5 297,8 mil contos na rubrica de *recursos próprios de terceiros* e de *contas de ordem*, 122,1 mil contos para *venda de bens e serviços correntes* e 40,6 mil contos para *taxas, multas e outras penalidades*.

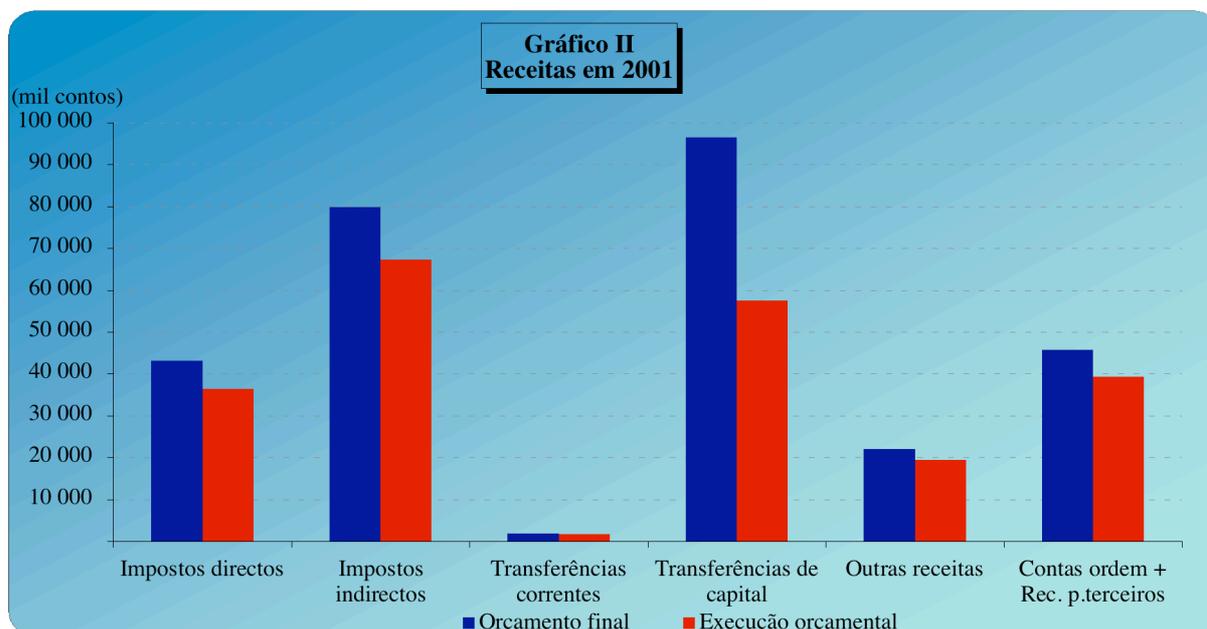
Quadro III
Receitas em 2001 - Alterações orçamentais

(1000 contos)

| Designação | Orçamento inicial | Alterações | | Orçamento final | Diferenças | |
|--|-------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------|---|------------|
| | | Natureza de que se revestem | | | Entre orçamento final e orçamento inicial | |
| | | Créditos especiais | Orçamento rectificativo | | Valor | % |
| Receitas correntes | 130 993,6 | 162,7 | - | 131 156,3 | 162,7 | 0,1 |
| Impostos directos | 43 104,1 | - | - | 43 104,1 | - | - |
| Impostos indirectos | 79 745,0 | - | - | 79 745,0 | - | - |
| Taxas, multas e outras penalidades | 2 719,7 | 40,6 | - | 2 760,2 | 40,5 | 1,5 |
| Rendimentos da propriedade | 567,0 | - | - | 567,0 | - | - |
| Transferências correntes | 1 850,0 | - | - | 1 850,0 | - | - |
| Venda de bens e serviços correntes | 2 257,8 | 122,1 | - | 2 379,9 | 122,1 | 5,4 |
| Outras receitas correntes | 750,0 | - | - | 750,0 | - | - |
| Receitas de capital | 111 441,2 | - | - | 111 441,2 | - | - |
| Venda de bens de investimento | - | - | - | - | - | - |
| Transferências de capital | 96 417,2 | - | - | 96 417,2 | - | - |
| Activos financeiros | 300,0 | - | - | 300,0 | - | - |
| Passivos financeiros | 14 724,0 | - | - | 14 724,0 | - | - |
| Outras receitas de capital | - | - | - | - | - | - |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 500,0 | - | - | 500,0 | - | - |
| Contas de ordem + Rec. p. de terceiros | 28 456,9 | 5 297,8 | 12 000,1 | 45 754,7 | 17 297,8 | 60,8 |
| Total das receitas | 271 391,7 | 5 460,4 | 12 000,1 | 288 852,2 | 17 460,5 | 6,4 |

3.2 Execução orçamental de 2001

No Gráfico II e no Quadro IV comparam-se os valores das receitas inscritas no orçamento final para 2001 com a correspondente execução orçamental.



Em termos globais, observa-se uma diferença de 67,3 milhões de contos entre a execução orçamental e o total das receitas previstas no orçamento final, a qual resultou das diferenças ocorridas nas receitas correntes (-21,8 milhões de contos), nas receitas de capital (-39,0 milhões de contos) e nas contas de ordem e recursos próprios de terceiros (-6,5 milhões de contos).

Quadro IV
Receitas em 2001

(1000 contos)

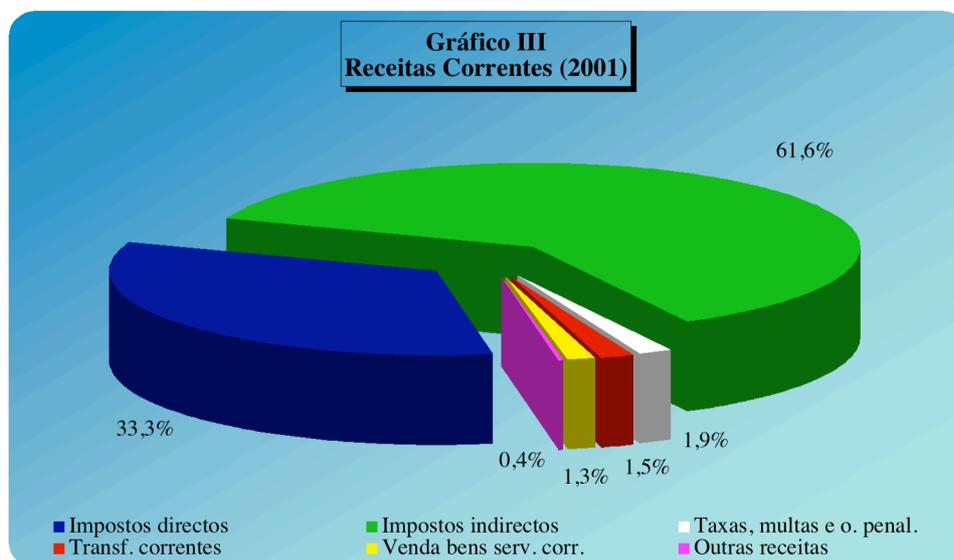
| Designação | Orçamento final | Execução orçamental | Diferenças | |
|--|------------------|---------------------|-------------------|---------------|
| | | | Em Valor | Em % |
| Receitas correntes | 131 156,3 | 109 347,7 | -21 808,6 | -16,6 |
| Impostos directos | 43 104,1 | 36 436,6 | -6 667,5 | -15,5 |
| Impostos indirectos | 79 745,0 | 67 324,8 | -12 420,2 | -15,6 |
| Taxas, multas e outras penalidades | 2 760,2 | 2 065,6 | -694,7 | -25,2 |
| Rendimentos da propriedade | 567,0 | 361,2 | -205,8 | -36,3 |
| Transferências correntes | 1 850,0 | 1 659,0 | -191,0 | -10,3 |
| Venda de bens e serviços correntes | 2 379,9 | 1 457,9 | -922,0 | -38,7 |
| Outras receitas correntes | 750,0 | 42,5 | -707,5 | -94,3 |
| Receitas de capital | 111 441,2 | 72 431,6 | - 39 009,5 | - 35,0 |
| Venda de bens de investimento | - | 4,7 | 4,7 | - |
| Transferências de capital | 96 417,2 | 57 532,7 | -38 884,5 | -40,3 |
| Activos financeiros | 300,0 | 270,8 | -29,2 | -9,7 |
| Passivos financeiros | 14 724,0 | 14 623,4 | -100,5 | -0,7 |
| Outras receitas de capital | - | - | - | - |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 500,0 | 574,1 | 74,1 | 14,8 |
| Contas de ordem + Rec. p. de terceiros | 45 754,7 | 39 239,9 | -6 514,9 | -14,2 |
| Total das receitas | 288 852,2 | 221 593,2 | -67 259,0 | -23,3 |

Atendendo às receitas correntes em 2001 (com um total de 109,3 milhões de contos), podemos observar que em todas as rubricas, a execução orçamental é inferior ao valor previsto no orçamento final (cerca de 131,2 milhões de contos). As diferenças maiores respeitam às rubricas dos impostos indirectos (menos 12,4 milhões de contos, ou seja, -15,6%), seguindo-se os *impostos directos* (-6,7 milhões de contos; -15,5%). Na *venda de bens e serviços correntes* regista-se uma diminuição de 0,9 milhões de contos, que em termos percentuais significa uma redução de 38,7% face ao valor orçamentado. O desvio relativo apurado no conjunto das receitas correntes foi de -16,6%.

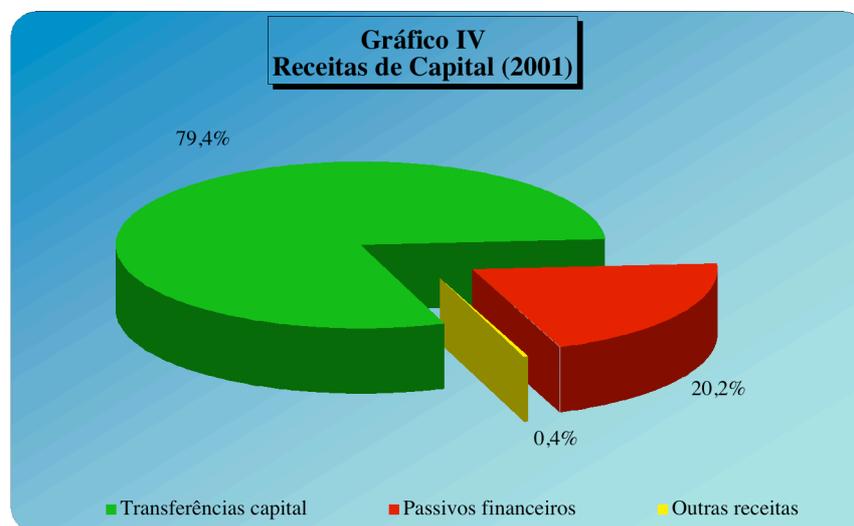
Nas receitas de capital, a redução em cerca de 35,0% face ao valor inscrito no orçamento final, deve-se essencialmente às *transferências de capital* (-38,9 milhões de contos; isto é, -40,3%).

As *contas de ordem + recursos próprios de terceiros* sofreram um decréscimo de cerca de 6,5 milhões de contos, face às previsões (-14,2%) e as *reposições não abatidas nos pagamentos* registaram uma cobrança de 574,1 mil contos, superior em 74,1 mil contos, ao valor da respectiva previsão orçamental.

No conjunto das receitas correntes (Gráfico III), observa-se que os *impostos indirectos* constituem a maior parcela, contribuindo com cerca de 61,6% para esta receita. Seguem-se os



impostos directos com 33,3%. Consta-se que o peso relativo dos impostos indirectos diminuiu face ao ano anterior, em contrapartida de um aumento do peso dos impostos directos na estrutura das receitas correntes para o ano 2001.



Na estrutura das receitas de capital destaca-se a rubrica de *transferências de capital* que representa 79,4% do total deste agrupamento, contribuindo com cerca de 57,5 milhões de contos. Os *passivos financeiros* constituem 20,2% do total das receitas de capital o que totaliza 14,5 milhões de contos.

3.3 Análise comparativa da execução de 2001 com a execução de 2000

O Quadro V e o Gráfico V expressam os valores das receitas efectivas cobradas na região em 2000 e 2001. Em 2001, o total das receitas efectivamente cobradas ascende a 207,0 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 9,5% (+ 17,9 milhões de contos) em relação ao ano anterior. Este acréscimo resulta principalmente do crescimento nas *contas de ordem + recursos próprios de terceiros* e nas receitas correntes, cujos montantes respectivamente ascendem a 18,0 milhões (+84,4% que em 2000) e a 1,8 milhões de contos (+1,7% que em 2000).

Quadro V
Receitas efectivas cobradas

(1000 contos)

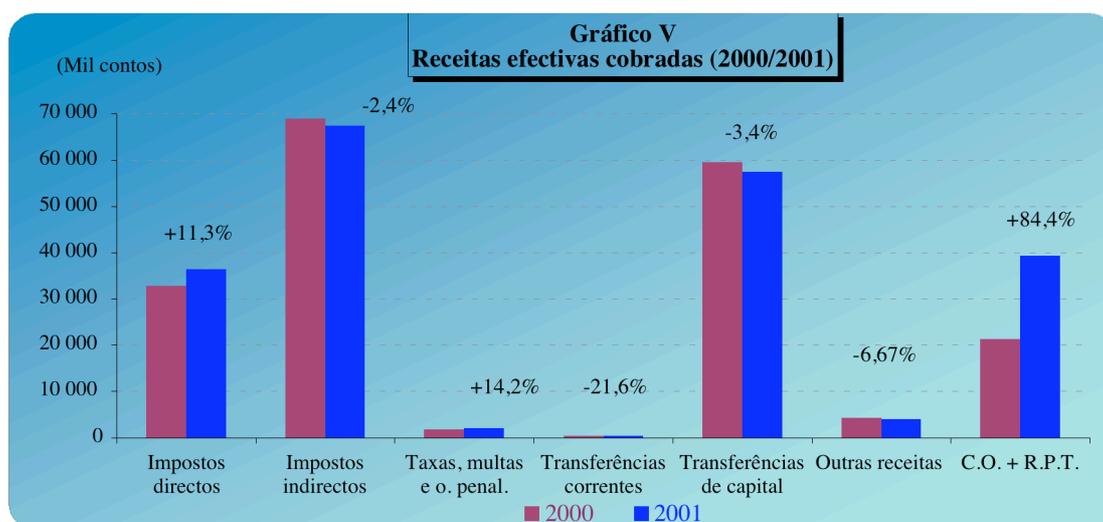
| Designação | 2000 | | 2001 | | Variação | |
|---|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem |
| Receitas correntes | 107 530,6 | 56,9 | 109 347,7 | 52,8 | 1 817,0 | 1,7 |
| Impostos directos | 32 728,0 | 17,3 | 36 436,6 | 17,6 | 3 708,7 | 11,3 |
| Impostos indirectos | 68 951,3 | 36,5 | 67 324,8 | 32,5 | - 1 626,6 | - 2,4 |
| Taxas, multas e outras penalidades | 1 809,0 | 1,0 | 2 065,6 | 1,0 | 256,6 | 14,2 |
| Rendimentos da propriedade | 460,6 | 0,2 | 361,2 | 0,2 | - 99,4 | - 21,6 |
| Transferências correntes | 1 609,6 | 0,9 | 1 659,0 | 0,8 | 49,5 | 3,1 |
| Venda de bens e serviços correntes | 1 630,1 | 0,9 | 1 457,9 | 0,7 | - 172,2 | - 10,6 |
| Outras receitas correntes | 342,1 | 0,2 | 42,5 | 0,0 | - 299,6 | - 87,6 |
| Receitas de capital | 59 857,7 | 31,7 | 57 808,2 | 27,9 | - 2 049,5 | - 3,4 |
| Venda de bens de investimento | 14,7 | 0,0 | 4,7 | 0,0 | - 10,0 | - 68,0 |
| Transferências de capital | 59 531,6 | 31,5 | 57 532,7 | 27,8 | - 1 998,9 | - 3,4 |
| Activos financeiros | 311,4 | 0,2 | 270,8 | 0,1 | - 40,6 | - 13,0 |
| Outras receitas de capital | - | - | - | - | - | - |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 387,6 | 0,2 | 574,1 | 0,3 | 186,4 | 48,1 |
| Contas de ordem + Rec. próp. de terceiros | 21 281,7 | 11,3 | 39 239,9 | 19,0 | 17 958,2 | 84,4 |
| Total | 189 057,6 | 100,0 | 206 969,8 | 100,0 | 17 912,1 | 9,5 |

Se atendermos à estrutura das receitas efectivas cobradas na região, verifica-se que as receitas correntes continuam a ser as mais expressivas, sendo o seu peso relativamente ao total, de cerca de 52,8%, peso este que sofreu um decréscimo de 4,1% em relação ao ano anterior. A cobrança de receitas correntes foi de 109,3 milhões de contos, o que traduz um fraco aumento face aos valores para 2000 (apenas mais 1,7%).

O decréscimo ocorrido na cobrança de receitas de capital, tendo passado de 59,9 para 57,8 milhões de contos, traduz-se em termos percentuais numa redução de cerca de 3,4 pontos, situação que contraria a tendência de crescimento nas receitas efectivas totais em 2001, na ordem dos 9,5%.

Do total das receitas efectivas, cerca de 57,5 milhões de contos representam as *transferências de capital* em 2001.

De acordo com o Gráfico V, podemos observar que existe um decréscimo nas receitas cobradas em termos de *impostos indirectos* (-2,4%), *transferências correntes* (-21,6%) e *transferências de capital* (-3,4%), o qual é compensado pelo aumento verificado nos outros agrupamentos da receita. No conjunto das receitas de capital, registou-se uma diminuição em todas as componentes.



Analisando a cobrança dos impostos directos e indirectos em 2001, verifica-se um crescimento no seu conjunto de apenas 2%, face ao ano anterior. O peso relativo destes impostos nas receitas correntes é de 94,9% (pequeno aumento de 0,33% face a 2000), sendo que representam cerca de 50,1% das receitas efectivas cobradas em 2001 (enquanto em 2000 essa percentagem situava-se nos 53,8%).

As receitas correntes não fiscais (excluídos os impostos indirectos e directos) diminuíram cerca de 4,5% em 2001. Por isso, o seu peso diminuiu ligeiramente na estrutura das receitas correntes.

As receitas de capital registaram uma diminuição face ao ano anterior, tendo o seu peso relativo na estrutura das receitas efectivas passado de 31,7% para 27,9%. De facto, em 2001 estas receitas diminuíram 3,4 % relativamente ao ano anterior, correspondendo, em termos absolutos, a uma redução de cerca de 2 milhões de contos.

3.3.1 Impostos directos

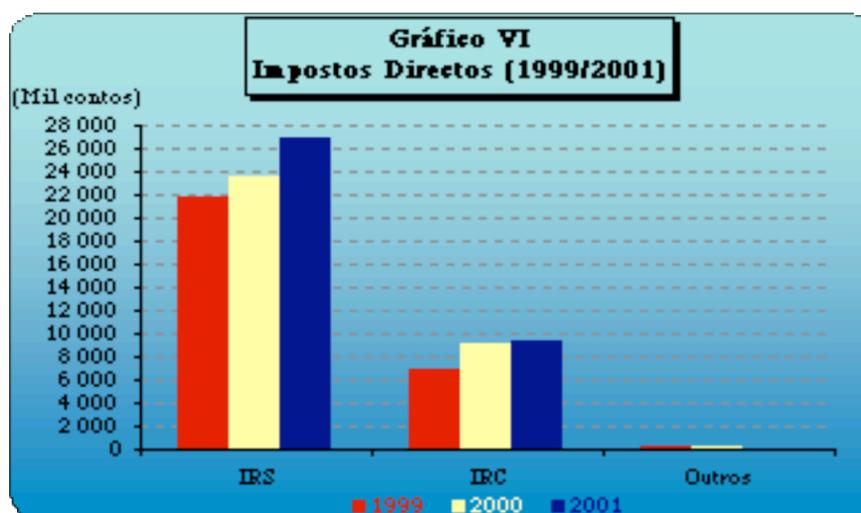
O Quadro VI, mostra a evolução da estrutura dos impostos directos, no período de 1999 a 2001.

Quadro VI
Impostos directos

(1000 contos)

| Designação | 1999 | | 2000 | | 2001 | | Variação 2000/2001 | |
|---|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|--------------------|-------------|
| | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem |
| Imposto s/ rendi.º pessoas singulares - IRS | 21 735,3 | 75,3 | 23 522,9 | 71,9 | 26 940,8 | 73,9 | 3 417,9 | 14,5 |
| Imposto s/ rendi.º pessoas colectivas - IRC | 6 912,4 | 23,9 | 9 067,6 | 27,7 | 9 388,5 | 25,8 | 320,9 | 3,5 |
| Impostos abolidos p. Dec. 442-A/88 e 442-B/88, de 30 Novembro | 11,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,6 | 0,0 | 0,6 | 1 491,0 |
| Imposto sobre as sucessões e doações | 214,2 | 0,7 | 136,1 | 0,4 | 104,4 | 0,3 | -31,8 | -23,3 |
| Restantes impostos directos | 1,4 | 0,0 | 1,3 | 0,0 | 2,3 | 0,0 | 1,0 | 79,5 |
| Total | 28 875,1 | 100,0 | 32 728,0 | 100,0 | 36 436,6 | 100,0 | 3 708,7 | 11,3 |

Em 2001, o valor da cobrança dos impostos directos foi de 36,4 milhões de contos, inferior em 6,7 milhões de contos, à previsão no orçamento final, ou seja menos 15,5%. Aquele valor reflecte porém um acréscimo de 11,3% (+3,7 milhões de contos) em relação a 2000 e um acréscimo de 26,2% (+7,6 milhões de contos) em relação a 1999. Esta componente da receita representa 35,1% da receita fiscal, peso este superior em cerca de 2% ao verificado nos dois anos anteriores.

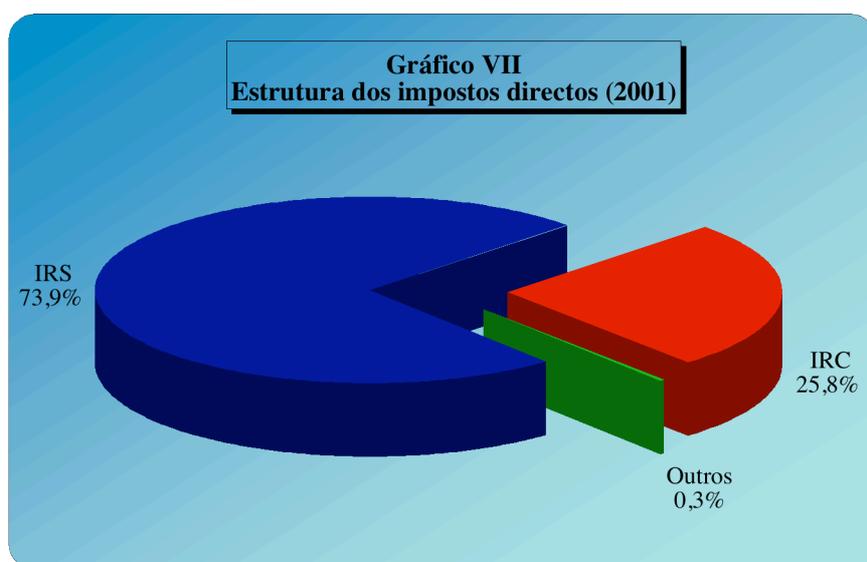


De facto os impostos sobre o rendimento atingiram um patamar de cobranças até agora, nunca presenciado, embora abaixo do esperado com base nas expectativas geradas pelo comportamento favorável das variáveis correlacionadas (volume de investimento público e privado, emprego e consumo). Outra das razões apontada é a continuação da fuga ao fisco, por parte de alguns sectores tipificados, em que a administração fiscal ainda não colocou em prática as necessárias e correctivas acções inspectivas.

Os *impostos sobre o rendimento* — IRS e IRC — representam a quase totalidade dos impostos directos, contribuindo com cerca de 99,7%, da sua cobrança.

Em 2001, o *imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)* representou cerca de 73,9% do total da cobrança dos impostos directos, ficando aquém da respectiva previsão orçamental em cerca de 3,0 milhões de contos. O montante do IRS atingiu cerca de 27,0 milhões de contos, traduzindo um acréscimo de 14,5% em relação a 2001 (+3,4 milhões de contos, em termos absolutos). De notar que o IRS cobrado em 2001, cresceu acima da média assinalada no cômputo dos impostos directos, originando assim um acréscimo do peso relativo igual ao diferencial de crescimento referido. Regista-se o facto de cerca de 11,2% do IRS ser gerado pelos serviços simples do Governo Regional da Madeira, valor ligeiramente inferior ao ocorrido durante os últimos anos.

Em contrapartida, o *imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC)*, em segundo lugar na escala dos impostos directos, teve uma receita de 9,4 milhões de contos, valor inferior em 3,6 milhões de contos relativamente à respectiva inscrição orçamental.



Em relação a 1999 a cobrança do IRC cresceu 3,5% (mais 0,3 milhões de contos), diminuindo assim, em cerca de 1,9%, o seu peso no conjunto dos impostos directos.

As receitas provenientes dos *impostos abolidos pelos Decretos-Lei n.º 442-A/88 e 442-B/88, de 30 de Novembro* (imposto complementar, contribuição industrial, imposto de mais valias, imposto profissional, imposto de capitais, contribuição predial, imposto sobre a indústria agrícola, e imposto do selo constante da verba 134 da Tabela Geral do Imposto do Selo), totalizaram 0,6 mil contos, mais 0,6 mil contos do que no ano anterior.

Quanto ao *imposto sobre sucessões e doações*, verifica-se que em 2001 o valor da cobrança foi de 104,4 mil contos, inferior em 31,8 mil contos ao valor verificado em 2000 (-23,3%).

3.3.2 Impostos indirectos

Os impostos indirectos cobrados em 2001 totalizaram cerca de 67,3 milhões de contos, ficando no entanto aquém da previsão orçamental (-15,6%). As cobranças efectivas de impostos indirectos na Região diminuíram cerca de 2,4% de 2000 para 2001.

Efectivamente a cobrança registada em termos absolutos foi de 67,3 milhões de contos, o que se traduziu num decréscimo de 1,6 milhões de contos face às cobranças do ano anterior e num acréscimo de 7,1 milhões de contos em relação a 1999.

Quadro VII
Impostos indirectos

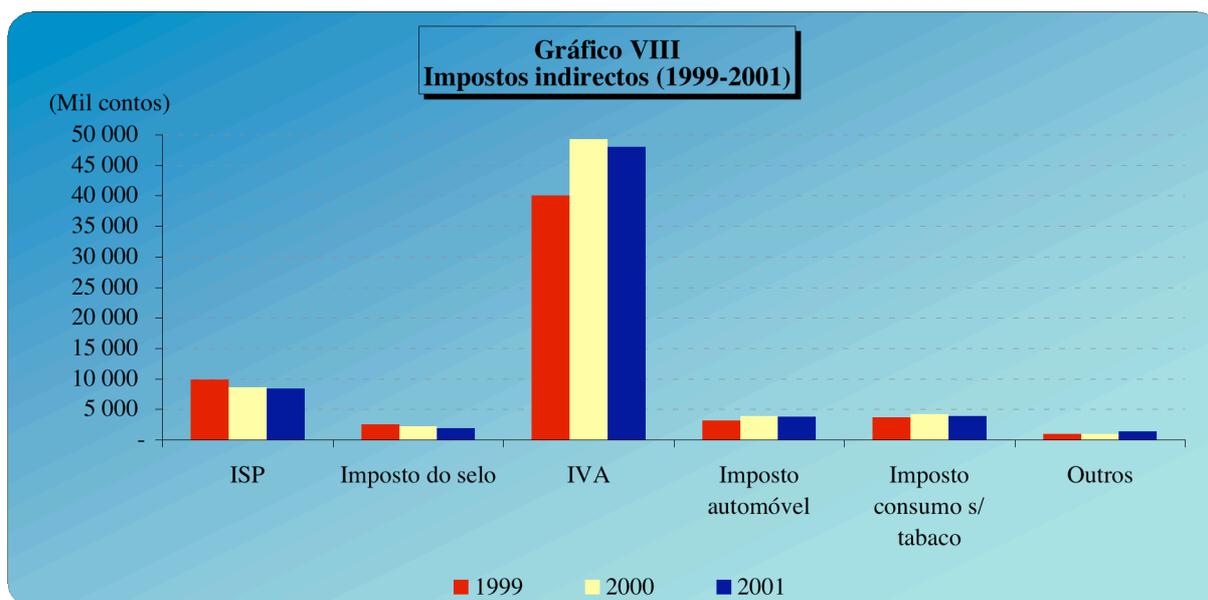
(1000 contos)

| Designação | 1999 | | 2000 | | 2001 | | Variação 2001/2000 | |
|--|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|--------------------|-------------|
| | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem |
| Imposto sobre produtos petrolíferos | 9 874,0 | 16,4 | 8 589,2 | 12,5 | 8 434,8 | 12,5 | -154,4 | -1,8 |
| Imposto do selo | 2 473,7 | 4,1 | 2 168,4 | 3,1 | 1 876,1 | 2,8 | -292,3 | -13,5 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 40 071,1 | 66,5 | 49 219,9 | 71,4 | 48 021,3 | 71,3 | -1 198,6 | -2,4 |
| Imposto automóvel | 3 180,7 | 5,3 | 3 873,4 | 5,6 | 3 736,2 | 5,5 | -137,2 | -3,5 |
| Imposto de consumo sobre o tabaco | 3 708,0 | 6,2 | 4 140,8 | 6,0 | 3 915,7 | 5,8 | -225,1 | -5,4 |
| Imposto de consumo sobre beb. alc. e cerveja | 565,3 | 0,9 | 742,3 | 1,1 | 1 121,1 | 1,7 | 378,8 | 51,0 |
| Restantes impostos indirectos | 392,4 | 0,7 | 217,2 | 0,3 | 219,6 | 0,3 | 2,4 | 1,1 |
| Total | 60 265,2 | 100,0 | 68 951,3 | 100,0 | 67 324,8 | 100,0 | -1 626,6 | -2,4 |

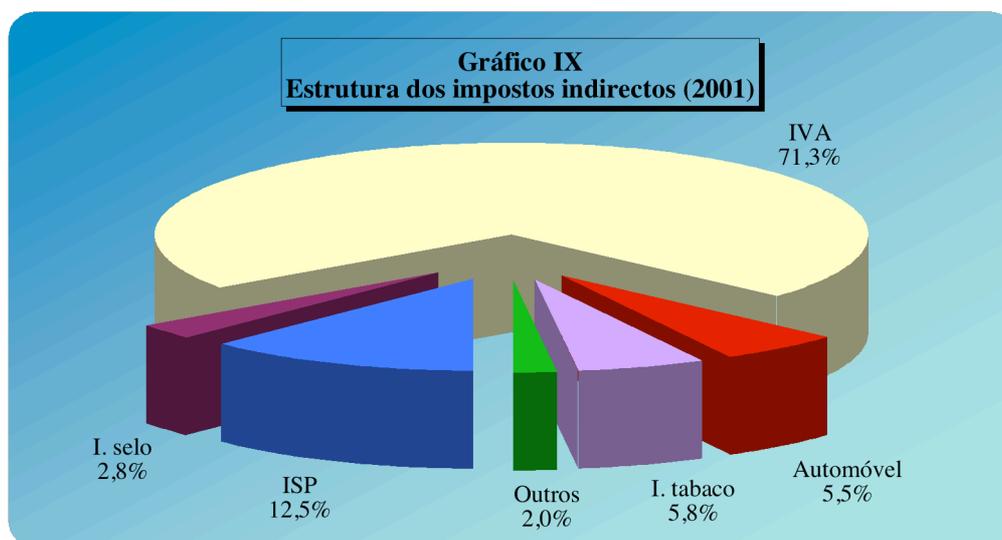
A evolução da estrutura dos impostos indirectos no período compreendido entre 1999 e 2001 (Quadro VII), mostra que o *imposto sobre o valor acrescentado (IVA)* continua a ser, de longe aquele com maior expressão nas cobranças destes impostos, representando cerca de 71,3% no seu conjunto. As cobranças do imposto sobre o valor acrescentado decresceram 2,4%, relativamente ao ano anterior. Se compararmos com 1999, sofreu um aumento de 19,8%, atingindo em 2001 valores da ordem dos 48,0 milhões de contos.

A seguir ao *IVA*, o imposto com maior expressão é o *imposto sobre produtos petrolíferos*, seguindo-se-lhe o *imposto de consumo sobre o tabaco* e o *imposto automóvel*.

O *imposto sobre produtos petrolíferos (ISP)* atingiu em 2001, um volume de receitas na ordem dos 8,4 milhões de contos, representando um decréscimo, relativamente ao ano anterior, de 154,4 mil de contos (-1,8%), o que reflecte a política de preços delineada pelo Governo Central. A previsão orçamental foi superior à execução em cerca de 2,6 milhões de contos.



Pela análise do Gráfico IX, verifica-se que as receitas do *imposto sobre produtos petrolíferos* representam 12,5% do total das receitas dos impostos indirectos (mesmo valor em termos percentuais que no ano de 2000).



O *imposto de consumo sobre o tabaco* diminuiu o seu peso relativo na estrutura dos impostos indirectos, passando de 6,0% para 5,8%, tendência que se mantém nos últimos anos. As cobranças atingiram em 2001 o valor de 3,9 milhões de contos, enquanto em 2000 haviam sido de 4,1 milhões. Se atendermos aos valores das cobranças em 1999, temos 3,7 milhões de contos. A previsão orçamental situava-se nos 6 milhões de contos.

O *imposto automóvel* atingiu uma cobrança de 3 736,2 mil contos, traduzindo uma redução face ao ano anterior de 137,2 mil contos (-3,5%), sendo que relativamente a 1999 existiu

um crescimento de 556 mil contos (+17,5%). O valor inicialmente previsto em orçamento era de 4,9 milhões de contos.

No seu conjunto as cobranças dos *impostos de consumo sobre a cerveja e sobre as bebidas alcoólicas* registaram um aumento significativo em 2001, relativamente a 2000. Essas cobranças atingiram de 1 121,1, contra 742,3 mil contos em 2000. Este aumento deve-se ao crescimento nas cobranças das duas componentes de impostos incluídos nesta rubrica. De facto, em 2000 o total do *imposto de consumo sobre bebidas alcoólicas* cifrava-se em 453,5 mil contos, tendo aumentado para 781,3 mil contos no ano seguinte. Do mesmo modo, as cobranças do *imposto de consumo sobre a cerveja* aumentaram de 288,8 mil contos em 2000 para 339,9 mil contos em 2001. O valor previsto em orçamento era de 950 mil contos e de 450 mil contos para o *imposto de consumo sobre as bebidas alcoólicas e sobre a cerveja*, respectivamente.

Os impostos especiais sobre o consumo decresceram de 1999 a 2001 cerca de 0,7%, sentido contrário ao crescimento de 11,7%, constatado no total dos impostos indirectos, baixando assim o seu peso de 28,8% em 1999, para 25,6% em 2001.

O *imposto do selo* tem vindo a baixar, se considerarmos a receita efectiva cobrada desde 1999, consequência directa da diminuição do volume de crédito concedido.

Os restantes impostos indirectos registaram uma cobrança de 219,6 mil contos (+2,4 mil contos, do que em 2000).

3.3.3 Taxas, multas e outras penalidades

A receita proveniente das *taxas, multas e outras penalidades* foi de 2 065,6 mil contos em 2001, conforme descrito no Quadro V. Neste capítulo, sobressaem as receitas provenientes das *taxas diversas dos serviços do Governo Regional* (1 049,0 mil contos), os *descontos nos vencimentos dos beneficiários da ADSE* (575,8 mil contos) e os *juros de mora* (213,3 mil contos). O peso relativo deste agrupamento na estrutura das receitas tem diminuído ligeiramente desde 1999, constituindo actualmente apenas 1,0% do total das receitas efectivas cobradas (menos 0,1% em relação a 1999).

3.3.4 Rendimentos da propriedade

Os rendimentos da propriedade decresceram significativamente (cerca de 99,4 mil contos) para cerca de 361,2 mil contos, os quais resultam, em grande parte, dos montantes provenientes de *dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase sociedades não financeiras* (212,5 mil

contos), dos *juros* provenientes das instituições de crédito (126,7 mil contos) e das *rendas de terrenos* (22,0 mil contos). O peso relativo dos rendimentos da propriedade na estrutura das receitas efectivas cobradas tem-se mantido idêntico desde 1999, representando 0,2% do total destas receitas da região.

3.3.5 Transferências correntes

Nas *transferências correntes* que atingiram uma cobrança na ordem dos 1 659,0 mil contos, as cobranças são constituídas pelas verbas provenientes da Segurança Social (1 560,0 mil contos) e das Comunidades Europeias (96,0 mil contos). O peso relativo desta componente no total das receitas efectivas cobradas diminuiu em 0,1% face ao do ano anterior (era 0,9% e passou para 0,8%).

3.3.6 Venda de bens e serviços correntes

Em *venda de bens e serviços correntes*, cuja cobrança ascendeu a 1 457,9 mil contos, menos 10,6% do que no ano anterior, destacou-se a receita da venda de bens e serviços correntes, efectuada pelos serviços do Governo Regional (1 457,3 mil contos). O peso relativo destas vendas no total das receitas efectivas cobradas (0,7% em 2001) diminuiu comparativamente ao ano anterior (0,9%).

3.3.7 Transferências de capital

As *transferências de capital* são constituídas pelas verbas provenientes *das administrações públicas*, onde se inclui as transferências do Orçamento do Estado no valor de 35,2 milhões de contos, pelas verbas provenientes das *Comunidades Europeias* (12,3 milhões de contos) e pelas verbas provenientes de sociedades e quase sociedades não financeiras (10,0 milhões de contos)— constituídas na quase totalidade pela Via Litoral S.A.. Em 2001, as transferências de capital atingiram 57,5 milhões de contos, o que representa cerca de 26% do total das receitas cobradas (no ano anterior, essa percentagem rondava os 31,5%).

3.3.8 Reposições não abatidas nos pagamentos

As *reposições não abatidas nos pagamentos*, que representam cerca de 0,2% das receitas efectivas, atingiram 574,1 mil contos durante o ano de 2001, o que representa um aumento de 48,1% relativamente ao ano transacto, tendo ficado pelos 387,6 mil contos em 2000.

3.3.9 Contas de ordem e Recursos próprios de terceiros

As *contas de ordem e recursos próprios de terceiros* aumentaram significativamente de 21,3 milhões de contos em 2000 para 39,2 milhões de contos em 2001, o que representa um acréscimo na ordem dos 84,4%. Em termos relativos, o seu peso no conjunto das receitas efectivas cobradas aumentou para 19,0% em 2001, contra 11,3% em 2000.

Os valores mais significativos (superiores a 500 mil contos) das receitas contabilizadas em *contas de ordem* respeitaram aos seguintes serviços e fundos autónomos (valores em mil contos):

- Centro Regional de Saúde: 10 136,6;
- Centro Hospitalar do Funchal: 2 364,3;
- Instituto de Desenvolvimento Empresarial:..... 892,1;
- Fundo Gestão p/ Acompanhamento de Programas de Formação Profissional:..... 784,7;
- Instituto de Habitação da Madeira: 688,8;
- Direcção Regional de Agricultura - PDAR: 658,8.

Os valores registados em *recursos próprios de terceiros* na Conta da Região de 2001 ascenderam a 23,1 milhões de contos.

Pela análise do quadro seguinte, observa-se que neste agrupamento têm maior peso as verbas afectas ao Fundo Geral Municipal (4,3 milhões de contos), ao Fundo de Coesão Municipal (3,1 milhões de contos) e ao IRS (3,0 milhões de contos). De seguida temos o valor do Fundo

| | Orçamento | | | | | | Execução | | Taxa de execução |
|---|-------------------|--------------|--------------------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|------------------|
| | Inicial | % | Abertura de créditos especiais | % | Final | % | Valor | % | |
| Fundo Geral Municipal | 5 376 921 | 25,3 | - | - | 5 376 921 | 20,5 | 4 339 779 | 18,8 | 80,7 |
| Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional | 4 000 000 | 18,8 | 1 085 072 | 21,6 | 5 085 072 | 19,4 | 3 128 918 | 13,6 | 61,5 |
| Imp.S/Rendimento das Pessoas Singulares - IRS | 3 000 000 | 14,1 | 7 092 | 0,1 | 3 007 092 | 11,5 | 3 007 092 | 13,0 | 100,0 |
| Fundo de Coesao Municipal | 2 772 118 | 13,1 | - | - | 2 772 118 | 10,6 | 2 772 118 | 12,0 | 100,0 |
| Caixa Geral de Aposentacoes | 2 000 000 | 9,4 | 16 969 | 0,3 | 2 016 969 | 7,7 | 2 014 680 | 8,7 | 99,9 |
| Outros | 4 086 112 | 19,2 | 3 907 619 | 77,9 | 7 993 731 | 30,5 | 7 820 376 | 33,9 | 97,8 |
| Total | 21 235 151 | 100,0 | 5 016 752 | 100,0 | 26 251 903 | 100,0 | 23 082 963 | 100,0 | 87,9 |

Europeu de Desenvolvimento Regional, que ronda os 2,8 milhões de contos, aos quais se juntam cerca de 1,8 milhões para a Caixa Geral de Aposentações.

4. Despesa

Em 2001, tal como em 2000, mantiveram-se as medidas de contenção da despesa sendo dada uma particular atenção aos programas e projectos susceptíveis de comparticipação comunitária.

Deste modo, através da Resolução n.º 458/2001, de 26 de Abril, foram estabelecidos congelamentos de 5% nas dotações orçamentais afectas a programas e projectos não comparticipados, constantes do capítulo 50 (com excepção das dotações afectas a investimentos municipais).

Foram ainda congeladas em 10% as dotações orçamentais dos seguintes códigos de classificação económica: 01.02 (abonos variáveis ou eventuais); 02 (aquisição de bens e serviços correntes); 04.01 (excepto as que se referem às despesas com o pessoal do Centro Regional de Saúde e do Centro Hospitalar do Funchal); 04.02 a 04.04 (transferências correntes); 05 (subsídios); 06 (outras despesas correntes); 07 (aquisição de bens de capital) e 08 (transferências de capital), não incluídas no capítulo 50.

Através da Circular n.º 6/ORÇ/2001, de 12 Novembro foram adoptadas novas medidas de contenção de despesas, que produziram efeitos desde o dia 14 de Novembro. Essas medidas visaram, essencialmente, a proibição da contracção de encargos com a aquisição de bens e serviços afectos ao funcionamento normal.

No presente ponto do relatório efectuar-se-á, em primeiro lugar, uma análise das alterações orçamentais ocorridas em 2001 na despesa. De seguida, será analisada a execução orçamental de 2001 e efectuada uma comparação da execução desse ano com a do ano anterior (2000).

4.1 Alterações orçamentais

Neste ponto efectua-se uma análise das alterações orçamentais realizadas em 2001 de acordo com a classificação orgânica, económica e funcional das despesas e consoante a natureza de

que se revestiram (através da abertura de créditos especiais, de orçamento rectificativo e da dotação provisional).

4.1.1 Classificação orgânica

No Quadro VIII são apresentados os valores por secretarias regionais ou departamentos equiparados, das despesas previstas nos orçamentos, inicial e final, bem como as alterações, de acordo com a natureza de que se revestiram, verificadas durante o ano económico de 2001.

Quadro VIII
Alterações orçamentais em 2001, por classificação orgânica

(1000 contos)

| Departamentos | Orçamento inicial (1) | Alterações Natureza de que se revestem | | | Orçamento final (3)=(1)+(2) | Diferença (3)-(1) |
|--|--------------------------|---|-------------|-------------------------|--------------------------------|----------------------|
| | | Créditos especiais | Provisional | Orçamento rectificativo | | |
| | | | | | | |
| Assembleia Legislativa Regional | 2 494,0 | - | - | - | 2 494,0 | - |
| Presidência do Governo Regional | 511,8 | - | 86,5 | - | 598,3 | 86,5 |
| Vice-Presidência do Governo Regional | 6 585,3 | - | 135,4 | -370,4 | 6 350,2 | -235,0 |
| Secretaria Regional dos Recursos Humanos | 2 858,3 | - | 43,3 | - | 2 901,6 | 43,3 |
| Secretaria Regional do Turismo e Cultura | 4 264,3 | 0,6 | 467,6 | -61,6 | 4 670,9 | 406,6 |
| Secretaria Regional Equipamento Social e Transportes | 63 613,2 | - | - | -1 300,0 | 62 313,2 | -1 300,0 |
| Secretaria Regional dos Assuntos Sociais | 45 118,7 | 110,0 | - | 10 952,1 | 56 180,8 | 11 062,1 |
| Secretaria Regional de Educação | 56 802,6 | 124,3 | 1 890,8 | 1 587,6 | 60 405,3 | 3 602,7 |
| Secretaria Regional do Plano e Finanças | 54 091,8 | 5 016,8 | -2 623,6 | 1 478,8 | 57 963,8 | 3 871,9 |
| Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais | 35 051,7 | 208,8 | - | -286,3 | 34 974,2 | -77,5 |
| Total | 271 391,7 | 5 460,4 | 0,0 | 12 000,1 | 288 852,2 | 17 460,5 |

Em termos globais, o orçamento final da Região de 2001 aumentou 17,5 milhões de contos, em comparação com o orçamento inicial, em virtude da abertura de créditos especiais e do orçamento rectificativo aprovado pela Assembleia Legislativa Regional através do Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/2001/M, de 13 de Novembro.

Com efeito, a despesa global inscrita no orçamento inicial foi de 271,4 milhões de contos e o orçamento final foi de 288,9 milhões de contos.

As aberturas de créditos especiais foram afectas, essencialmente, às *contas de ordem e recursos próprios de terceiros* e a algumas despesas com compensação em receita da Secretaria Regional da Educação (estabelecimentos de ensino) e da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (Serviço Regional de Protecção Civil).

Em virtude da elaboração do orçamento rectificativo, o Orçamento da Região aumentou cerca de 12,0 milhões de contos que se destinaram quase exclusivamente à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (11,0 milhões de contos), como resultado da contracção de um empréstimo a

curto prazo pelo Centro Hospitalar do Funchal e pelo Centro Regional de Saúde, para regularizar encargos assumidos.

Da comparação entre os valores do orçamento inicial e final salientam-se os aumentos registados nas dotações das seguintes secretarias regionais:

- Secretaria Regional dos Assuntos Sociais:..... +11 062,1 mil contos
- Secretaria Regional do Plano e Finanças: +3 871,9 “
- Secretaria Regional de Educação: +3 602,7 “
- Secretaria Regional do Turismo e Cultura: +406,6 “

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais beneficiou de um reforço global de 11,1 milhões de contos provenientes do orçamento rectificativo (11,0 milhões de contos) e da abertura de créditos especiais (110 mil contos). As rubricas reforçadas pelo orçamento rectificativo foram afectas ao agrupamento das *contas de ordem* do Centro Regional de Saúde e do Centro Hospitalar do Funchal.

O acréscimo verificado na Secretaria Regional de Educação resultou de reforços efectuados através da dotação provisional (1,9 milhões de contos), da abertura de créditos especiais (124,3 mil contos) e do orçamento rectificativo (1,6 milhões de contos). Os reforços pela dotação provisional destinaram-se a despesas afectas às *transferências correntes* (1 391,1 mil contos), à *aquisição de bens e serviços correntes* (368,1 mil contos), às *despesas com o pessoal* (77,8 mil contos) e em menor valor à *aquisição de bens de capital* (29,9 mil contos).

Pelo orçamento rectificativo foram reforçadas essencialmente dotações orçamentais afectas a despesas de pessoal e de funcionamento da Secretaria Regional de Educação, dada a aprovação, durante o exercício de 2001, de legislação relativa à reestruturação de categorias de pessoal e à vinculação de professores.

A Secretaria Regional do Plano e Finanças registou uma variação líquida de mais 3,9 milhões de contos, como resultado da abertura de créditos especiais no valor de 5,0 milhões de contos, de anulações por contrapartida na dotação provisional no valor de 2,6 milhões de contos e de reforços pelo orçamento rectificativo no montante de 1,5 milhões de contos.

O orçamento final da Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, da Vice-Presidência do Governo Regional e da Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais diminuiu em relação ao orçamento inicialmente aprovado. Estas diminuições ocorreram no seguimento do orçamento rectificativo.

Nos restantes departamentos do Governo Regional as alterações ocorridas entre o orçamento inicial e o orçamento final tiveram menor amplitude e resultaram principalmente de reforços pela dotação provisional.

4.1.2 Classificação económica

Na óptica da classificação económica, comparando o orçamento final com o orçamento inicial, verifica-se que em 2001 as dotações orçamentadas em despesas correntes diminuíram cerca de 4,0 milhões de contos. Contrariamente, as despesas de capital aumentaram 4,1 milhões de contos e as contas de ordem e os recursos próprios de terceiros 17,3 milhões de contos.

Quadro IX
Alterações orçamentais em 2001, por classificação económica

| Designação | Orçamento inicial | Alterações | | | | Orçamento final | Diferença |
|--------------------------------------|-------------------|-----------------------------|---------------|-------------------------|--|------------------|-----------------|
| | | Natureza de que se revestem | | | | | |
| | | Créditos especiais | Provisional | Orçamento rectificativo | DL n.º 71/95, 15/4, ((a) n.º 1, art.º 2.º) | | |
| (1) | (2) | | | | (3)=(1)+(2) | (3)-(1) | |
| Despesas correntes | 141 475,0 | 162,7 | -192,3 | 1 690,4 | -5 622,9 | 137 512,8 | -3 962,1 |
| Despesas com pessoal | 48 660,5 | - | 1 830,7 | 1 327,5 | -620,6 | 51 198,1 | 2 537,6 |
| Aquisição bens e serviços correntes | 20 323,0 | 122,7 | 524,6 | -60,9 | -2 077,6 | 18 831,8 | -1 491,2 |
| Encargos correntes da dívida | 4 767,0 | - | 30,0 | - | 0,0 | 4 797,0 | 30,0 |
| Transferências correntes | 61 090,5 | 40,0 | 367,3 | -1 099,2 | 89,7 | 60 488,3 | -602,2 |
| Subsídios | 1 642,5 | - | 30,7 | -253,1 | 165,6 | 1 585,6 | -56,8 |
| Outras despesas correntes | 4 991,5 | - | -2 975,6 | 1 776,2 | -3 180,1 | 611,9 | -4 379,6 |
| Despesas de capital | 101 459,8 | - | 192,3 | -1 690,4 | 5 622,9 | 105 584,6 | 4 124,8 |
| Aquisição bens capital | 64 467,9 | - | 103,0 | -776,2 | 2 113,6 | 65 908,3 | 1 440,4 |
| Transferências de capital | 23 307,3 | - | 89,3 | -53,5 | 800,3 | 24 143,4 | 836,2 |
| Activos financeiros | 4 910,7 | - | - | -860,8 | -451,3 | 3 598,6 | -1 312,1 |
| Passivos financeiros | 8 774,0 | - | - | - | 0,0 | 8 774,0 | 0,0 |
| Outras despesas de capital | - | - | - | - | 3 160,3 | 3 160,3 | 3 160,3 |
| Contas de ordem + R. p. terc. | 28 456,9 | 5 297,8 | - | 12 000,1 | - | 45 754,7 | 17 297,8 |
| Total | 271 391,7 | 5 460,4 | 0,0 | 12 000,1 | 0,0 | 288 852,2 | 17 460,5 |

Nas despesas correntes os únicos agrupamentos cujas dotações orçamentais aumentaram em relação aos valores inscritos no orçamento inicial foram as *despesas com pessoal* (+2,5 milhões de contos) e os *encargos correntes da dívida* (+30,0 mil contos).

As diminuições mais significativas registaram-se na *aquisição de bens e serviços correntes* (-1,5 milhões de contos), nas *transferências correntes* (-0,6 milhões de contos) e nas *outras despesas correntes* (-4,4 milhões de contos).

As dotações afectas às *despesas com pessoal* aumentaram 2,5 milhões de contos por contrapartida na dotação provisional (+1,8 milhões de contos) e devido ao orçamento rectificativo (+1,3 milhões de contos).

As dotações afectas à *aquisição de bens e serviços correntes* decresceram 1,5 milhões de contos, devido às anulações realizadas no âmbito do orçamento rectificativo (-60,9 mil contos) e da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º¹ do Decreto-lei n.º 71/95, de 15 de Abril (-2,1 milhões de contos).

As *transferências correntes* registaram uma diminuição, em termos absolutos, de 602,2 mil contos resultante, principalmente, de anulações no seguimento do orçamento rectificativo (-1,1 milhões de contos). Neste agrupamento, os reforços pela dotação provisional foram de 367,3 mil contos e a abertura de créditos especiais ascendeu a 40,0 mil contos.

Nas *outras despesas correntes* a variação líquida foi de -4,4 milhões de contos e resultou, essencialmente, da utilização da dotação provisional e da anulação da dotação inscrita na rubrica afectada ao Temporal de Março de 2001, no valor de 3,2 milhões de contos.

Com efeito, através da Resolução n.º 335/2001, de 29 de Março foi criada a rubrica 06.03.00 T – Temporal Março 2001, no orçamento da Secretaria Regional do Plano e Finanças. Verificando-se, contudo, que as despesas associadas ao Temporal de Março tiveram a natureza de despesas de capital, foi efectuada a anulação desta rubrica e criada a rubrica 11.02.00 T- Temporal Março/2001. Esta alteração efectuou-se através de um despacho de alteração orçamental, no âmbito do Decreto-lei n.º 71/95, de 15 de Abril.

Nas despesas de capital, a *aquisição de bens de capital* registou um aumento de 1,4 milhões de contos provenientes da dotação provisional (103,0 mil contos) e de outras alterações no âmbito do Decreto-Lei n.º 71/95 (2 113,6 mil contos). As anulações pelo orçamento rectificativo foram de 776,2 mil contos.

O aumento das *transferências de capital* foi de 836,2 mil contos e deveu-se a reforços por via da dotação provisional (+89,3 mil contos), redução em 53,5 mil contos do orçamento rectificativo e de alterações no âmbito do Decreto-Lei n.º 71/95 (800,3 mil contos).

O aumento registado nas *contas de ordem e nos recursos próprios de terceiros* resultou da abertura de créditos especiais (+5,3 milhões de contos) e do orçamento rectificativo (+12,0 milhões de contos).

As alterações no âmbito da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 71/95, de 15 de Abril (+1,7 milhões de contos) destinaram-se principalmente a reforçar as *outras despesas de capital* (+3,2 milhões de contos) e a *aquisição de bens de capital* (+2,1 milhões de contos).

¹ “Transferências de verbas entre rubricas de despesa, dentro do mesmo capítulo, cuja classificação funcional não altere os valores constantes do mapa III a que se refere o n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 6/91”

4.1.3 Classificação funcional

A nível da classificação funcional, é nas *funções sociais* que se verifica o maior aumento comparando o orçamento final com o orçamento inicial, designadamente ao nível da *saúde* (+10,8 milhões de contos), em que o acréscimo resulta da abertura de créditos especiais no valor de 70 mil contos e de reforços através do orçamento rectificativo no valor de 10,7 milhões de contos.

Na *educação*, o aumento foi de 2,8 milhões de contos e resultou principalmente de reforços pela dotação provisional (1,9 milhões de contos) e pelo orçamento rectificativo (0,8 milhões de contos).

Quadro X
Alterações orçamentais em 2001, por classificação funcional

| Designação | Orçamento inicial (1) | Alterações Natureza de que se revestem | | | Orçamento final (3)=(1)+(2) | Diferença (3)-(1) |
|--|--------------------------|---|-----------------|-------------------------|--------------------------------|----------------------|
| | | Créditos especiais | Provisional | Orçamento rectificativo | | |
| | | (2) | | | | |
| Funções gerais de soberania: | 35 917,9 | 5 056,8 | 3 649,7 | -371,9 | 44 252,4 | 8 334,5 |
| Serviços gerais da administração pública | 35 017,5 | 5 016,8 | 3 649,7 | -371,9 | 43 312,1 | 8 294,5 |
| Segurança e ordem públicas | 900,4 | 40,0 | - | - | 940,4 | 40,0 |
| Funções sociais: | 136 660,0 | 261,9 | 1 890,8 | 11 217,5 | 150 030,1 | 13 370,2 |
| Educação | 58 146,9 | 124,3 | 1 890,8 | 823,6 | 60 985,6 | 2 838,7 |
| Saúde | 44 936,9 | 70,0 | - | 10 699,9 | 55 706,8 | 10 769,9 |
| Segurança e acção sociais | 100,0 | - | - | -48,0 | 52,0 | -48,0 |
| Habituação e serviços colectivos | 23 405,6 | 67,0 | - | -534,3 | 22 938,3 | -467,3 |
| Serviços culturais, recreativos e religiosos | 10 070,6 | 0,6 | - | 276,4 | 10 347,5 | 276,9 |
| Funções económicas: | 80 594,4 | 141,8 | 694,4 | -621,7 | 80 808,9 | 214,5 |
| Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca | 16 209,7 | 141,8 | - | -345,0 | 16 006,5 | -203,2 |
| Indústria e energia | 1 252,5 | - | 130,7 | 63,8 | 1 446,9 | 194,4 |
| Transportes e comunicações | 55 501,2 | - | 87,5 | 57,2 | 55 645,9 | 144,7 |
| Comércio e turismo | 5 696,4 | - | 467,6 | -377,6 | 5 786,4 | 90,0 |
| Outras funções económicas | 1 934,7 | - | 8,6 | -20,0 | 1 923,3 | -11,4 |
| Outras funções: | 18 219,4 | - | -6 234,8 | 1 776,2 | 13 760,7 | -4 458,7 |
| Operações da dívida pública | 13 541,0 | - | 30,0 | - | 13 571,0 | 30,0 |
| Diversas não especificadas | 4 678,4 | - | -6 264,8 | 1 776,2 | 189,7 | -4 488,7 |
| Total | 271 391,7 | 5 460,4 | 0,0 | 12 000,1 | 288 852,2 | 17 460,5 |

Nas *funções gerais de soberania*, cujo acréscimo do orçamento final em relação ao orçamento inicial foi de 8,3 milhões de contos, a quase totalidade do aumento verificou-se ao nível dos *serviços gerais da administração pública* (+8,3 milhões de contos). Estes acréscimos resultaram de reforços com contrapartida na dotação provisional (+3,6 milhões de contos) e na abertura de créditos especiais (+5,0 milhões de contos).

Nas *funções económicas* as dotações iniciais aumentaram ligeiramente nas rubricas afectas à *indústria e energia* (194,4 mil contos) aos *transportes e comunicações* (cerca de 144,7 mil contos), e ao *comércio e turismo* em aproximadamente 90,0 mil contos. Na subfunção *agricultura*

e pecuária, silvicultura, caça e pesca registou-se uma diminuição de 203,2 mil contos devido ao orçamento rectificativo.

Nas *outras funções*, a subfunção *diversas não especificadas* que diminuiu 4,5 milhões de contos reflecte a utilização da dotação provisional e logo a sua distribuição pelas restantes subfunções.

4.1.4 Abertura de créditos especiais

O aumento resultante deste tipo de alterações teve proveniência nas Secretarias Regionais do Plano e Finanças, do Ambiente e Recursos Naturais, de Educação, dos Assuntos Sociais e do Turismo e Cultura.

A Secretaria Regional do Plano e Finanças absorveu 91,8% do valor global dos créditos especiais, como resultado da abertura de créditos especiais *em recursos próprios de terceiros*, no valor de 5,0 milhões de contos.

Globalmente, a abertura de créditos especiais em *contas de ordem* atingiu o valor de 281,0 mil contos. Estes distribuíram-se pela Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (67,0 mil contos a favor do Parque Natural da Madeira; 4,6 mil contos a favor do FRIGA e 137,2 mil contos para a Direcção Regional de Agricultura/PDAR), pela Secretaria Regional de Educação (2,2 mil contos afectos ao fundo escolar da Escola básica do 3º Ciclo do Funchal) e pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (70,0 mil contos para o Centro Regional de Saúde).

Na Secretaria Regional de Educação ocorreu ainda a abertura de créditos especiais no valor de 122,1 mil contos em rubricas com compensação em receita afectas aos estabelecimentos de ensino.

Na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais a abertura de créditos especiais em rubricas com compensação em receita afectas ao Serviço Regional de Protecção Civil foi de 40,0 mil contos.

Na Secretaria Regional do Turismo a abertura de créditos especiais esteve consignada à Inspeção de Espectáculos.

Por classificação económica (Quadro IX) a abertura de créditos especiais verificou-se nos agrupamentos *aquisição de bens e serviços correntes* (122,7 mil contos), nas *transferências correntes* (40,0 mil contos) e nas *contas de ordem e recursos próprios de terceiros* (5,3 milhões de contos).

Ao nível da classificação funcional a abertura de créditos especiais incidiu nos *serviços gerais da administração pública* (5,0 milhões de contos), na *agricultura e pecuária, silvicultura,*

caça e pesca (141,8 mil contos), na *educação* (124,3 mil contos), na *saúde* (70,0 mil contos), na *habitação e serviços colectivos* (67,0 mil contos), na *segurança e ordem públicas* (40,0 mil contos) e nos *serviços culturais, recreativos e religiosos* (0,6 mil contos).

4.1.5 Dotação provisional

A dotação provisional fixada para 2001, no orçamento inicial, foi de 4,7 milhões de contos. Através do orçamento rectificativo esta dotação foi reforçada em 1,8 milhões de contos.

Os reforços efectuados por contrapartida na dotação provisional ascenderam a 6,3 milhões de contos.

As Secretarias Regionais do Plano e Finanças, de Educação, do Turismo e Cultura e a Vice-Presidência do Governo Regional foram os departamentos do Governo Regional que mais beneficiaram dos reforços realizados através deste tipo de alterações.

Seguiram-se a Presidência do Governo Regional e a Secretaria Regional dos Recursos Humanos com 86,5 mil contos e 43,3 mil contos, respectivamente.

Por agrupamentos económicos verifica-se que cerca de 52,5% dos reforços pela dotação provisional visaram rubricas afectas a outras despesas correntes, nomeadamente a rubrica afectada ao Temporal de Março de 2001.

Ainda nas despesas correntes seguiram-se os reforços para as *despesas com o pessoal* no valor de 1,8 milhões de contos, para a *aquisição de bens e serviços correntes* (0,5 milhões de contos) e para as *transferências correntes* no valor de 0,4 milhões de contos. Para a *aquisição de bens de capital, transferências de capital, subsídios e encargos correntes da dívida* os reforços pela dotação provisional foram de 103,0 mil contos, 89,3 mil contos, 30,7 mil contos e 30,0 mil contos, respectivamente.

Analisando a distribuição da dotação provisional por departamentos e por classificação económica, verifica-se que na Secretaria Regional de Educação a dotação provisional foi utilizada, sobretudo, para fazer face a *despesas com o pessoal* (1,8 milhões de contos) e a *transferências correntes* (100,0 mil contos).

Na Secretaria Regional do Plano e Finanças os reforços pela dotação provisional, distribuíram-se principalmente pelas *outras despesas correntes* (3,0 milhões de contos), pelas *transferências correntes* (168,5 mil contos) e de *capital* (89,3 mil contos) e pela *aquisição de bens e serviços correntes* (69,2 mil contos). Foram ainda reforçadas rubricas afectas às *despesas com o*

peçoal (2,4 mil contos), à *aquisição de bens de capital* (2,9 mil contos) e aos *encargos correntes da dívida* (30,0 mil contos).

Na Secretaria Regional do Turismo e Cultura os reforços pela dotação provisional reverteram principalmente para a *aquisição de bens e serviços correntes* (353,2 mil contos) e para as *transferências correntes* (83,8 mil contos).

Na Vice-Presidência do Governo Regional os reforços pela dotação provisional incidiram sobre rubricas afectas à *aquisição de bens de capital* (100,0 mil contos), a *despesas com o pessoal* (12,0 mil contos) a *outras despesas correntes* (10,0 mil contos) a *aquisição de bens e serviços correntes* (7,7 mil contos) e a *subsídios* (5,7 mil contos).

Por classificação funcional, as verbas provenientes da dotação provisional distribuíram-se principalmente pelos *serviços gerais da administração pública* (3,6 milhões de contos) e pela *educação* (1,9 milhões de contos).

4.1.6 Orçamento rectificativo

A alteração orçamental por via do orçamento rectificativo atingiu o valor líquido global de 12,0 milhões de contos e tornou-se necessária pelos seguintes motivos:

- a) Necessidade de um reajustamento às previsões iniciais dada a aprovação do Orçamento de Estado Rectificativo;
- b) Contração de um empréstimo a curto prazo pelo Centro Hospitalar do Funchal e pelo Centro Regional de Saúde, destinados a regularizar encargos assumidos;
- c) Necessidade de um reforço das dotações orçamentais para as despesas de pessoal e de funcionamento da Secretaria Regional de Educação, dada a aprovação, durante o exercício de 2001, de legislação relativa à reestruturação de categorias de pessoal e à vinculação de professores.

Por estes motivos, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e a Secretaria Regional de Educação foram as principais beneficiárias dos reforços do orçamento rectificativo, com acréscimos de 11,0 milhões de contos (nas *contas de ordem*) e de 1,6 milhões de contos (destinados basicamente a *despesas com pessoal*), respectivamente.

O aumento líquido de 1,5 milhões de contos registado na Secretaria Regional do Plano e Finanças deveu-se ao reforço da rubrica da dotação provisional.

Nos restantes departamentos do Governo Regional os orçamentos inicialmente aprovados foram objecto de redução.

Por classificação económica das despesas, a alteração via orçamento rectificativo reforçou os agrupamentos *despesas com pessoal* (+1,3 milhões de contos), *outras despesas correntes* (+1,8 milhões de contos) e *contas de ordem* (+12,0 milhões de contos). Nos restantes agrupamentos ocorreram anulações sendo as mais significativas as afectas às *transferências correntes* (-1,1 milhões de contos), aos *activos financeiros* (-0,9 mil contos), à *aquisição de bens de capital* (-0,8 milhões de contos) e aos *subsídios* (-0,3 milhões de contos).

As alterações verificadas nos agrupamentos da classificação funcional foram as seguintes:

- Funções gerais de soberania..... -371 900 contos
- Funções sociais..... +11 217 488 contos
- Funções económicas -621 695 contos
- Outras funções..... +1 776 158 contos

4.2 Execução orçamental de 2001

Em 2001, a execução orçamental das despesas (Quadro XI) foi de 220,7 milhões de contos. Este montante, em relação aos valores previstos no orçamento final, apresentou uma diferença para menos de 68,2 milhões de contos e em relação à execução verificada em 2000 (199,8 milhões de contos), um acréscimo na ordem dos 10,4%.

Quadro XI
Despesa - Execução orçamental de 2001

(1 000 contos)

| Designação | Orçamento inicial (1) | Orçamento final (2) | Execução orçamental (3) | Diferenças | |
|--------------------|--------------------------|------------------------|----------------------------|------------|-----------|
| | | | | (2)-(1) | (3)-(2) |
| Despesas totais | 271 391,7 | 288 852,2 | 220 666,9 | 17 460,5 | -68 185,2 |
| Despesas efectivas | 262 667,7 | 280 078,2 | 211 903,5 | 17 410,5 | -68 174,7 |
| Amortizações | 8 724,0 | 8 774,0 | 8 763,5 | 50,0 | -10,5 |

As despesas efectivas de 2001 foram de 211,9 milhões de contos, o que representa menos 68,2 milhões de contos em relação ao valor inscrito no orçamento final (280,1 milhões de contos).

A execução orçamental das amortizações da dívida pública (8,8 milhões de contos) correspondeu na quase totalidade aos valores orçamentados.

O orçamento final de 2001 foi superior em 17,4 milhões de contos ao orçamento inicial em resultado da abertura de créditos especiais e do orçamento rectificativo aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28-A/2001/M, de 13 de Novembro.

4.2.1 Por classificação orgânica

A execução orçamental das despesas ficou aquém do valor global do orçamento final, em 68,2 milhões de contos. Esta diferença resultou, principalmente, da menor execução verificada nas seguintes secretarias regionais (em milhões de contos):

- Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes: -24,5
- Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais: -14,5
- Secretaria Regional dos Assuntos Sociais:..... -12,2
- Secretaria Regional do Plano e Finanças: -10,4
- Secretaria Regional de Educação:..... -3,6

Quadro XII
Despesas orçamentais em 2001, por departamentos

(1000 contos)

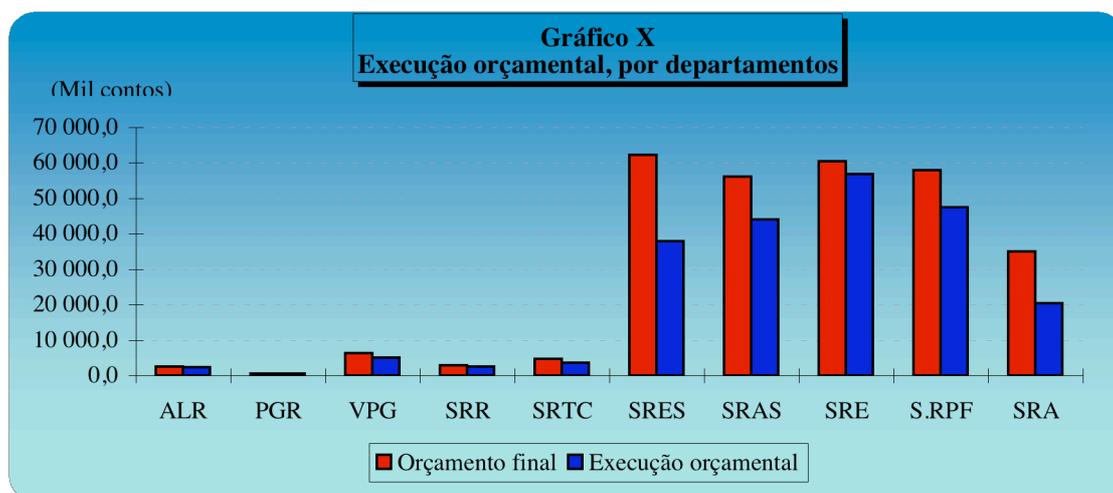
| Departamentos | Orçamento final | | Execução orçamental | | Diferenças | |
|---|------------------|--------------|---------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem |
| Assembleia Legislativa Regional | 2 494,0 | 0,9 | 2 410,6 | 1,1 | -83,4 | -3,3 |
| Presidência do Governo Regional | 598,3 | 0,2 | 491,9 | 0,2 | -106,3 | -17,8 |
| Vice-Presidência do Governo Regional | 6 350,2 | 2,2 | 5 137,5 | 2,3 | -1 212,7 | -19,1 |
| Secretaria Regional dos Recursos Humanos | 2 901,6 | 1,0 | 2 499,6 | 1,1 | -402,0 | -13,9 |
| Secretaria Regional do Turismo e Cultura | 4 670,9 | 1,6 | 3 529,6 | 1,6 | -1 141,3 | -24,4 |
| Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes | 62 313,2 | 21,6 | 37 832,1 | 17,1 | -24 481,0 | -39,3 |
| Secretaria Regional dos Assuntos Sociais | 56 180,8 | 19,4 | 43 970,0 | 19,9 | -12 210,8 | -21,7 |
| Secretaria Regional de Educação | 60 405,3 | 20,9 | 56 829,5 | 25,8 | -3 575,8 | -5,9 |
| Secretaria Regional do Plano e Finanças | 57 963,8 | 20,1 | 47 532,4 | 21,5 | -10 431,3 | -18,0 |
| Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais | 34 974,2 | 12,1 | 20 427,5 | 9,3 | -14 546,7 | -41,6 |
| Total | 288 852,2 | 100,0 | 220 660,8 | 100,0 | -68 191,4 | -23,6 |

A maior variação absoluta surge na Secretaria Regional do Equipamento Social, cujos principais desvios encontram-se nos investimentos do Plano (-23,4 milhões de contos), na Direcção Regional de Obras Públicas (-0,5 milhões de contos) e nos Serviços de Transportes Terrestres (-0,4 milhões de contos).

Na Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais o desvio verificado entre a execução orçamental e o orçamento final resulta, essencialmente, da diferença nos investimentos do Plano (-12,3 milhões de contos), nas contas de ordem (-1,3 milhões de contos) e nos Serviços na área agro-alimentar e pescas (-0,5 milhões de contos). Em termos percentuais é nesta Secretaria Regional que se regista a maior diferença entre a execução e o orçamento final (-41,6%).

Os desvios de execução na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais situaram-se, sobretudo, no Gabinete do Secretário e Serviços de Apoio (-10,2 milhões de contos), mais

concretamente nas rubricas afectas às transferências para os serviços e fundos autónomos. Nos investimentos do Plano a diferença foi de 1,3 milhões de contos.



Na Secretaria Regional do Plano e Finanças o facto da execução orçamental ter ficado aquém dos valores inscritos no orçamento final, em 10,4 milhões de contos deveu-se à diferença nos recursos próprios de terceiros (-5,0 milhões de contos), nos investimentos do Plano (-3,3 milhões de contos) e nos Gabinete do Secretário e serviços dependentes do Secretário Regional (-1,3 milhões de contos).

Na Secretaria Regional de Educação os desvios entre a execução orçamental e a dotação final sobressaíram nos Investimentos do Plano (-1,3 milhões de contos) e em contas de ordem (-0,8 milhões de contos). Esta Secretaria Regional foi a que apresentou uma maior taxa de execução orçamental em 2001 (94,1%).

Em relação à Vice-Presidência do Governo Regional os desvios resultaram da menor execução em investimentos do Plano (-535,8 mil contos), em contas de ordem (-283,0 mil contos) e no Gabinete do Vice-Presidente e serviços de apoio (-227,1 mil contos).

Na Secretaria Regional do Turismo e Cultura, o desvio de 1,2 milhões de contos é explicado, essencialmente, pela menor execução dos investimentos do Plano (-1,0 milhões de contos).

Nos restantes departamentos (Secretaria Regional dos Recursos Humanos, Presidência do Governo Regional e Assembleia Legislativa Regional) os desvios entre a execução orçamental e o orçamento final foram menos significativos (-402,0 mil contos, -106,3 mil contos e -83,4 mil contos, respectivamente).

4.2.2 Por classificação económica

Comparando os valores das despesas inscritas no orçamento final com os valores das despesas efectivamente realizadas, de acordo com a óptica da classificação económica (Quadro XIII), verifica-se que a execução orçamental, inferior em 68,2 milhões de contos relativamente aos valores previstos no orçamento final, resultou da diferença de 39,4 milhões de contos nas despesas de capital, de 20,5 milhões de contos nas despesas correntes e de 8,3 milhões de contos nas contas de ordem e recursos próprios de terceiros.

Quadro XIII
Despesas orçamentais em 2001
Classificação económica

(1000 contos)

| Designação | Orçamento final | | Execução orçamental | | Diferenças | |
|--------------------------------------|------------------|--------------|---------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem |
| Despesas correntes | 137 512,8 | 47,6 | 117 045,8 | 53,0 | -20 467,0 | -14,9 |
| Despesas com pessoal | 51 198,1 | 17,7 | 49 534,8 | 22,4 | -1 663,3 | -3,2 |
| Aquisição bens e serviços correntes | 18 831,8 | 6,5 | 12 756,5 | 5,8 | -6 075,3 | -32,3 |
| Encargos correntes da dívida | 4 797,0 | 1,7 | 4 693,7 | 2,1 | -103,3 | -2,2 |
| Transferências correntes | 60 488,3 | 20,9 | 48 588,3 | 22,0 | -11 900,0 | -19,7 |
| Subsídios | 1 585,6 | 0,5 | 1 176,0 | 0,5 | -409,6 | -25,8 |
| Outras despesas correntes | 611,9 | 0,2 | 296,4 | 0,1 | -315,5 | -51,6 |
| Despesas de capital | 105 584,6 | 36,6 | 66 156,4 | 30,0 | -39 428,2 | -37,3 |
| Aquisição bens capital | 65 908,3 | 22,8 | 38 435,7 | 17,4 | -27 472,6 | -41,7 |
| Transferências de capital | 24 143,4 | 8,4 | 13 223,5 | 6,0 | -10 920,0 | -45,2 |
| Activos financeiros | 3 598,6 | 1,2 | 3 229,4 | 1,5 | -369,1 | -10,3 |
| Passivos financeiros | 8 774,0 | 3,0 | 8 763,5 | 4,0 | -10,5 | -0,1 |
| Outras despesas de capital | 3 160,3 | 1,1 | 2 504,3 | 1,1 | -656,0 | -20,8 |
| Contas de ordem + R. p. terc. | 45 754,7 | 15,8 | 37 458,6 | 17,0 | -8 296,2 | -18,1 |
| Total | 288 852,2 | 100,0 | 220 660,8 | 100,0 | -68 191,4 | -23,6 |

As diferenças verificadas em *transferências correntes* (-11,9 milhões de contos), em *aquisição de bens e serviços correntes* (-6,1 milhões de contos) e em *despesas com o pessoal* (-1,7 milhões de contos) foram as mais significativas no agrupamento das despesas correntes.

Nos *subsídios*, nas *outras despesas correntes* e nos *encargos correntes da dívida* a execução orçamental foi inferior aos valores constantes no orçamento final em 0,4 milhões de contos, 0,3 milhões de contos e 0,1 milhões de contos, respectivamente.

Nas despesas de capital a diferença no total da execução em relação ao orçamento final, resultou da diminuição ocorrida em todas as rubricas, em especial na *de aquisição de bens de capital*, de *transferências de capital* e de *outras despesas de capital*, onde essa redução foi de 27,5 milhões de contos, 10,9 milhões de contos e 0,7 milhões de contos, respectivamente.

A execução orçamental dos *passivos financeiros* ficou em cerca de 10,5 mil contos abaixo da previsão do orçamento final.

Em termos percentuais os maiores desvios entre a execução orçamental e a dotação inscrita no orçamento final ocorreram nas *outras despesas correntes* (-51,6%), nas *transferências de capital* (-45,2%), na *aquisição de bens de capital* (-41,7%) e na *aquisição de bens e serviços correntes* (-32,3%).

Os agrupamentos com maior taxa de execução orçamental foram os seguintes: *passivos financeiros; encargos correntes da dívida e despesas com o pessoal*.

4.2.3 Por classificação funcional

Comparando a execução orçamental de 2001 face ao orçamento final, na óptica da classificação funcional (Quadro XIV), verifica-se que os maiores desvios ocorreram nas *funções sociais* (-32,4 milhões de contos, ou seja, -21,6%) e nas *funções económicas* (-27,4 milhões de contos o que em termos percentuais representa uma redução de 33,9%).

Nas *funções sociais* as maiores variações absolutas entre a execução orçamental e os

Quadro XIV
Despesas orçamentais em 2001
Classificação funcional

(1000 contos)

| Designação | Orçamento final | | Execução orçamental | | Diferenças | |
|--|------------------|--------------|---------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem |
| Funções gerais de soberania: | 44 252,4 | 15,3 | 36 134,0 | 16,4 | -8 118,5 | -18,3 |
| Serviços gerais da administração pública | 43 312,1 | 15,0 | 35 534,6 | 16,1 | -7 777,4 | -18,0 |
| Segurança e ordem públicas | 940,4 | 0,3 | 599,3 | 0,3 | -341,0 | -36,3 |
| Funções sociais: | 150 030,1 | 51,9 | 117 617,0 | 53,3 | -32 413,2 | -21,6 |
| Educação | 60 985,6 | 21,1 | 54 740,2 | 24,8 | -6 245,4 | -10,2 |
| Saúde | 55 706,8 | 19,3 | 43 469,7 | 19,7 | -12 237,1 | -22,0 |
| Segurança e acção sociais | 52,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -52,0 | -100,0 |
| Habituação e serviços colectivos | 22 938,3 | 7,9 | 10 924,1 | 5,0 | -12 014,2 | -52,4 |
| Serviços culturais, recreativos e religiosos | 10 347,5 | 3,6 | 8 483,0 | 3,8 | -1 864,5 | -18,0 |
| Funções económicas: | 80 808,9 | 28,0 | 53 452,7 | 24,2 | -27 356,2 | -33,9 |
| Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca | 16 006,5 | 5,5 | 11 228,3 | 5,1 | -4 778,2 | -29,9 |
| Indústria e energia | 1 446,9 | 0,5 | 1 157,2 | 0,5 | -289,7 | -20,0 |
| Transportes e comunicações | 55 645,9 | 19,3 | 35 121,0 | 15,9 | -20 524,9 | -36,9 |
| Comércio e turismo | 5 786,4 | 2,0 | 4 291,7 | 1,9 | -1 494,7 | -25,8 |
| Outras funções económicas | 1 923,3 | 0,7 | 1 654,4 | 0,7 | -268,8 | -14,0 |
| Outras funções: | 13 760,7 | 4,8 | 13 457,2 | 6,1 | -303,5 | -2,2 |
| Operações da dívida pública | 13 571,0 | 4,7 | 13 457,2 | 6,1 | -113,8 | -0,8 |
| Diversas não especificadas | 189,7 | 0,1 | - | - | -189,7 | -100,0 |
| Total | 288 852,2 | 100,0 | 220 660,8 | 100,0 | -68 191,4 | -23,6 |

valores inscritos no orçamento final ocorreram na *saúde* (-12,2 milhões de contos), na *habitação e serviços colectivos* (-12,0 milhões de contos) e na *educação* (-6,2 milhões de contos).

Os *serviços culturais, recreativos e religiosos* ficaram 1,9 milhões de contos aquém da dotação orçamental.

Nas *funções económicas* destaca-se a variação registada ao nível dos *transportes e comunicações* (-20,5 milhões de contos), da *agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca* (-4,8 milhões de contos) e do *comércio e turismo* (-1,5 milhões de contos).

A diferença nas *funções gerais de soberania* resulta, essencialmente, dos *serviços gerais da administração pública* (-7,8 milhões de contos, equivalente a uma redução de 18% face ao valor inicialmente previsto).

Nas *outras funções* a diferença entre a execução orçamental e o orçamento final foi a menos significativa (-0,3 milhões de contos).

Em termos percentuais as maiores diferenças entre a execução orçamental e o orçamento final verificaram-se nas seguintes subfunções: *segurança e acção sociais e diversas não especificadas* (-100,0%); *habitação e serviços colectivos* (-52,4%), *transportes e comunicações* (-36,9%) e *segurança e ordem públicas* (-36,3%).

4.3 Análise comparativa da execução de 2001 com a execução de 2000

No Quadro XV é apresentada a evolução das despesas efectuadas no período de 1999 a 2001, bem como as respectivas taxas de variação.

No período 2000/2001 o valor global das despesas efectuadas registou um aumento inferior ao que se havia verificado no período de 1999 para 2000. De facto, a despesa total, que em 1999 fora de 176,0 milhões de contos e em 2000 de 199,8 milhões de contos, passou, em 2001, para o valor de 220,7 milhões de contos.

Em termos percentuais a despesa total aumentou 13,6% de 1999 para 2000 e 10,4% de 2000 para 2001.

Com exclusão dos *encargos correntes da dívida* e dos *passivos financeiros*, as despesas totais efectuadas foram de 173,6 milhões de contos em 1999, de 190,1 milhões de contos em 2000 e de 207,2 milhões de contos em 2001.

As despesas correntes, com exclusão dos *encargos correntes da dívida*, sofreram um aumento em 2000, relativamente ao ano anterior, de 13,8% e, em 2001, relativamente a 2000, de 4,1%.

Quadro XV
Evolução das despesas efectuadas

(1000 contos)

| Designação | Em valor | | | Taxas de variação Porcentagem | |
|---|------------------|------------------|------------------|----------------------------------|-------------|
| | 1999 | 2000 | 2001 | 2000-1999 | 2001-2000 |
| Despesas correntes | 96 990,7 | 111 348,9 | 117 045,8 | 14,8 | 5,1 |
| Despesas de capital | 56 635,9 | 67 543,4 | 66 156,4 | 19,3 | -2,1 |
| Soma | 153 626,5 | 178 892,3 | 183 202,2 | 16,4 | 2,4 |
| Contas de ordem + Rec. próp. de terceiros | 22 340,9 | 20 945,0 | 37 458,6 | -6,2 | 78,8 |
| Total | 175 967,4 | 199 837,3 | 220 660,8 | 13,6 | 10,4 |

O aumento nas despesas correntes ficou a dever-se, principalmente, ao aumento das *despesas com pessoal* (+4,0 milhões de contos), das despesas com *transferências correntes* (+1,6 milhões de contos), e das despesas com *encargos correntes da dívida* (+1,2 milhões de contos).

As despesas de capital no período 1999/2001 aumentaram 16,8%, o que resultou do aumento ocorrido no período 1999/2000 (19,3%). De 2000 para 2001 estas despesas diminuiram 2,1%.

As *contas de ordem e recursos próprios de terceiros* no período de 1999/2000, diminuiram 6,2%. Ao invés, de 2000 para 2001 tiveram um acréscimo de 78,8%.

O Quadro XVI mostra que em 2001 o desvio entre as autorizações de pagamento expedidas e as despesas efectuadas foi de 6,2 mil contos. Os fundos saídos dos cofres públicos foram de 220,9 milhões de contos e as reposições abatidas nos pagamentos totalizaram 191,0 mil contos.

Quadro XVI
Despesas autorizadas e efectuadas

(1000 contos)

| Anos | Autorizações de pagamentos expedidas (1) | Fundos saídos dos cofres públicos (2) | Reposições abatidas nos pagamentos (3) | Despesas efectuadas (4)=(2)-(3) | Despesas por pagar (5)=(1)-(4) |
|-------------|---|--|---|---------------------------------------|---|
| 1998 | 156 872,4 | 156 892,4 | 22,7 | 156 869,7 | 2,7 |
| 1999 | 175 967,7 | 176 220,7 | 253,3 | 175 967,4 | 0,3 |
| 2000 | 199 838,0 | 200 135,3 | 298,0 | 199 837,3 | 0,7 |
| 2001 | 220 666,9 | 220 851,8 | 191,0 | 220 660,8 | 6,2 |

De seguida será efectuada a comparação da execução orçamental de 2001 com a do ano anterior, por classificação orgânica, classificação económica e classificação funcional.

4.3.1 Por classificação orgânica

No Quadro XVII e no Gráfico XI é efectuada uma comparação das despesas globais realizadas pelos diferentes departamentos do Governo Regional, em 2000 e em 2001.

Em 2001, as secretarias regionais com maior peso foram as da Educação, do Plano e Finanças, dos Assuntos Sociais e do Equipamento Social e Transportes que, em conjunto, despenderam cerca de 84% do total das despesas realizadas.

Quadro XVII
Despesas efectuadas
Classificação orgânica

(1000 contos)

| Departamentos | 2000 | | 2001 | | Variação | |
|---|------------------|--------------|------------------|--------------|-----------------|-------------|
| | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem |
| Assembleia Legislativa Regional | 2 133,2 | 1,1 | 2 410,6 | 1,1 | 277,4 | 13,0 |
| Presidência do Governo Regional | 521,2 | 0,3 | 491,9 | 0,2 | -29,3 | -5,6 |
| Vice-Presidência do Governo Regional | 3 029,4 | 1,5 | 5 137,5 | 2,3 | 2 108,2 | 69,6 |
| Secretaria Regional dos Recursos Humanos | 2 353,5 | 1,2 | 2 499,6 | 1,1 | 146,2 | 6,2 |
| Secretaria Regional do Turismo e Cultura | 3 396,9 | 1,7 | 3 529,6 | 1,6 | 132,7 | 3,9 |
| Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes | 43 742,2 | 21,9 | 37 832,1 | 17,1 | -5 910,1 | -13,5 |
| Secretaria Regional dos Assuntos Sociais | 32 853,9 | 16,4 | 43 970,0 | 19,9 | 11 116,1 | 33,8 |
| Secretaria Regional de Educação | 52 059,6 | 26,1 | 56 829,5 | 25,8 | 4 769,9 | 9,2 |
| Secretaria Regional do Plano e Finanças | 36 629,9 | 18,3 | 47 532,4 | 21,5 | 10 902,5 | 29,8 |
| Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais | 23 117,5 | 11,6 | 20 427,5 | 9,3 | -2 690,0 | -11,6 |
| Total | 199 837,3 | 100,0 | 220 660,8 | 100,0 | 20 823,5 | 10,4 |

Nota: Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2000, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR n.º43/2000/M, de 12 de Dezembro.

No período em análise os acréscimos mais significativos das despesas realizadas ocorreram na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (+11,1 milhões de contos), na Secretaria Regional do Plano e Finanças (+10,9 milhões de contos), na Secretaria Regional de Educação (+4,8 milhões de contos) e na Vice-Presidência do Governo Regional (+2,1 milhões de contos).

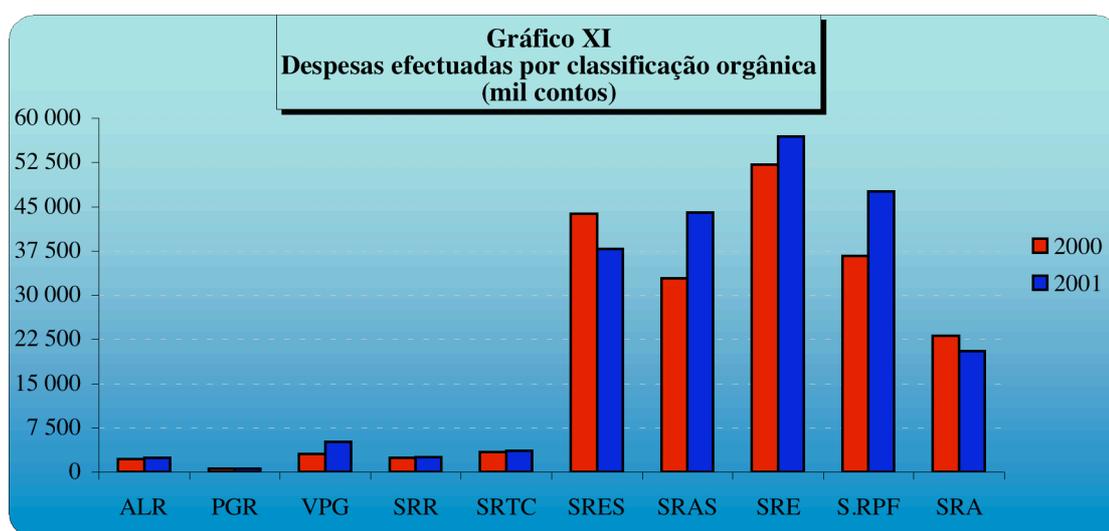
Nas Secretarias Regionais do Equipamento Social e Transportes, do Ambiente e dos Recursos Naturais e na Presidência do Governo Regional, as despesas efectuadas em 2001 foram inferiores às do ano anterior em 5,9 milhões de contos, 2,7 milhões de contos e em 29,3 mil contos, respectivamente.

A diminuição das despesas realizadas pela **Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes** deveu-se principalmente à diferença nos investimentos do Plano (-4,5 milhões de contos) e nos serviços de transportes terrestres (-1,0 milhões de contos). Apenas na Direcção Regional de Urbanismo a execução de 2001 superou a do ano anterior em 95,1 mil contos.

Contudo e à semelhança dos anos anteriores as despesas realizadas por este departamento em investimentos do Plano foram as mais significativas. Em 2001, o seu valor foi de 33,9 milhões de contos.

Nesta secretaria sobressaem ainda as despesas realizadas pela Direcção Regional de Obras Públicas (1,3 milhões de contos) e pelos serviços de transportes terrestres (1,6 milhões de contos).

O decréscimo das despesas afectas à **Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais** ocorreu devido à diminuição da execução dos investimentos do Plano (-3,8 milhões de contos).



A **Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais** foi responsável por 9,3% (20,4 milhões de contos) das despesas efectuadas pelo Governo Regional em 2001. Destas, 5,7 milhões de contos respeitaram a despesas inerentes aos Serviços na área agro-alimentar e pescas, 11,6 milhões de contos respeitaram a programas e projectos incluídos nos investimentos do Plano e 1,4 milhões de contos a despesas afectas ao Gabinete do Secretário Regional. Em contas de ordem a execução orçamental foi de 1,6 milhões de contos.

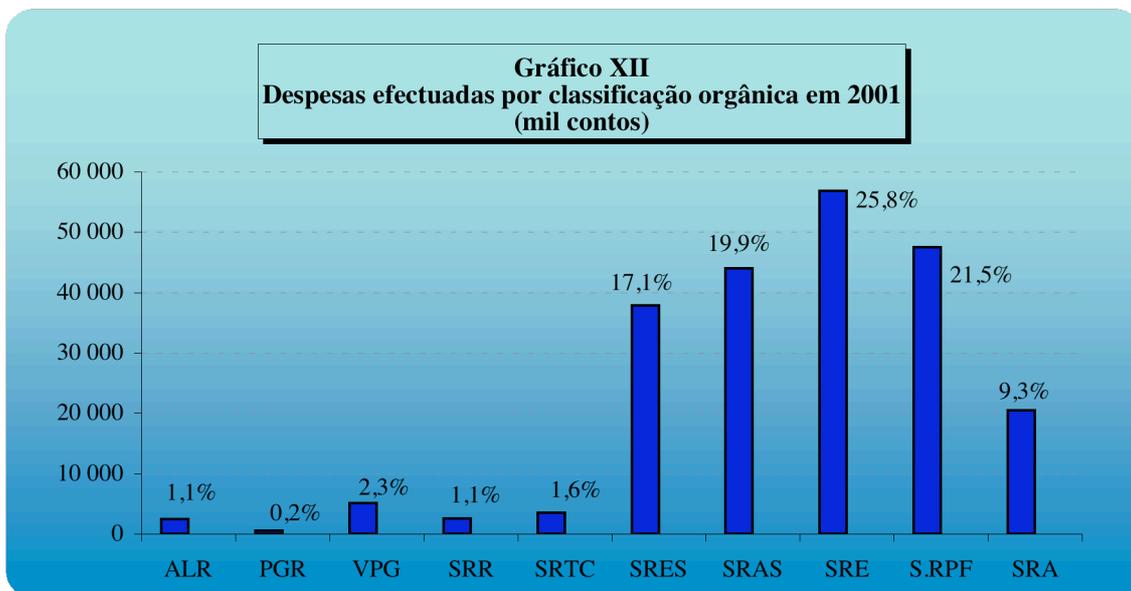
Na **Secretaria Regional de Educação** a despesa realizada em 2001 (56,8 milhões de contos) foi a mais significativa, apesar do acréscimo em relação ao ano anterior ter sido de apenas 9,2%.

Neste departamento, as despesas efectuadas pelos estabelecimentos de ensino — escolas básicas, preparatórias e secundárias e centros de apoio — foram de 23,8 milhões de contos, mais 1,6 milhões de contos do que em 2000. As despesas afectas ao Gabinete do Secretário e serviços da educação foram de 24,1 milhões de contos, ou seja, mais 3,5 milhões de contos do que em 2000, sendo a seguinte a desagregação:

- Direcção Regional de Administração e Pessoal: 11 767,4 mil contos
- Gabinete do Secretário e Serviços Dependentes: 7 824,4 "
- Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação: 2 980,9 "

- Direcção Regional de Inovação e Gestão Educativa: 1 155,3 "
- Direcção Regional de Formação Profissional: 393,3 "

As despesas com os investimentos do Plano desta Secretaria foram de 7,9 milhões de contos.



Na **Secretaria Regional dos Assuntos Sociais** destacaram-se as despesas efectuadas pelo Gabinete do Secretário e serviços de apoio que totalizaram 30,7 milhões de contos, onde estão incluídas as transferências correntes para o Centro Regional de Saúde e para o Centro Hospitalar do Funchal.

As despesas com os investimentos do Plano foram de 794,6 mil contos.

Em termos globais, a despesa realizada por esta Secretaria foi de 44,0 milhões de contos (mais 33,8% do que em 2000). O acréscimo em relação a 2000 ficou a dever-se às alterações resultantes do orçamento rectificativo.

Na **Secretaria Regional do Plano e Finanças**, cuja despesa realizada em 2001 ascendeu a 47,5 milhões de contos, ou seja, 21,5% do total da execução orçamental, é de realçar o peso das despesas afectas aos *recursos próprios de terceiros* (21,3 milhões de contos) e ao Gabinete do Secretário Regional e serviços dependentes do Secretário Regional (19,6 milhões de contos) onde estão incluídas as despesas inerentes ao pagamento dos *encargos correntes da dívida* e dos *passivos financeiros*.

As despesas afectas aos Investimentos do Plano foram de 4,5 milhões de contos e aos serviços de controlo orçamental, financeiro e patrimonial foram de 1,6 milhões de contos.

As despesas realizadas pela **Vice-Presidência do Governo Regional** em 2001 foram de 5,1 milhões de contos. Neste departamento, as despesas com os investimentos do Plano foram de 2,3 milhões de contos. As despesas pelos restantes capítulos estão discriminadas da seguinte forma:

| | | |
|--|---------|------------|
| — Gabinete do Vice-Presidente e serviços de apoio:..... | 1 115,0 | mil contos |
| — Direcção Regional do Comércio, Indústria e Energia: | 379,8 | " |
| — Direcção Regional dos Assuntos Europeus e Coop. Externa: | 161,9 | " |
| — Direcção Regional da Administração pública e Local:..... | 136,8 | " |
| — Delegação do Governo Regional em Porto Santo | 101,7 | “ |
| — Conselho Económico e Social | 0,8 | “ |
| — Contas de ordem: | 892,1 | " |

Na **Secretaria Regional do Turismo e Cultura**, a despesa efectuada foi de 3,5 milhões de contos sendo 2,5 milhões de contos afectos a despesas com os investimentos do Plano. O remanescente distribuiu-se pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais (514,3 mil contos), pela Direcção Regional de Turismo (325,0 mil contos) e pelo Gabinete do Secretário e serviços de apoio (219,0 mil contos).

As despesas realizadas pela **Presidência do Governo Regional** (491,9 mil contos), pela **Assembleia Legislativa Regional** (2410,6 mil contos) e pela **Secretaria Regional dos Recursos Humanos** (2 499,6 mil contos) foram as menos significativas no total realizado em quaisquer dos anos considerados.

4.3.2 Por classificação económica

No Quadro XVIII são apresentados os valores das despesas efectuadas em 2000 e 2001 e a respectiva variação em valor e percentagem, de acordo com os códigos da classificação económica.

Em 2001 as despesas correntes representaram 53,0% do total das despesas. Seguiram-se as despesas de capital com 30,0% e as contas de ordem e recursos próprios de terceiros com 17,0%.

Em relação a 2000 as despesas totais aumentaram 10,4%. Esse aumento distribuiu-se pelas despesas correntes (+5,1%) e pelas contas de ordem e recursos próprios de terceiros (+78,8%). As despesas de capital diminuíram 2,1%.

As **despesas correntes**, com exclusão dos juros da dívida pública, aumentaram em termos nominais 4,2% e em termos reais 0,5%. O aumento das despesas correntes deveu-se às *transferências correntes* que aumentaram 1,6 milhões de contos, e, às *despesas com o pessoal e*

com os encargos correntes da dívida cujos aumentos foram de 4,0 milhões de contos e de 1,2 milhões de contos, respectivamente.

Quadro XVIII
Despesas efectuadas
Classificação económica

(1000 contos)

| Designação | 2000 | | 2001 | | Variação | |
|--|------------------|--------------|------------------|--------------|-----------------|-------------|
| | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem |
| Despesas correntes | 111 348,9 | 55,7 | 117 045,8 | 53,0 | 5 696,9 | 5,1 |
| Despesas com pessoal | 45 503,4 | 22,8 | 49 534,8 | 22,4 | 4 031,4 | 8,9 |
| Aquisição de bens e serviços correntes | 13 647,3 | 6,8 | 12 756,5 | 5,8 | -890,8 | -6,5 |
| Encargos correntes da dívida | 3 473,4 | 1,7 | 4 693,7 | 2,1 | 1 220,3 | 35,1 |
| Transferências correntes | 47 006,7 | 23,5 | 48 588,3 | 22,0 | 1 581,7 | 3,4 |
| Subsídios | 1 271,9 | 0,6 | 1 176,0 | 0,5 | -95,9 | -7,5 |
| Outras despesas correntes | 446,3 | 0,2 | 296,4 | 0,1 | -149,8 | -33,6 |
| Despesas de capital | 67 543,4 | 33,8 | 66 156,4 | 30,0 | -1 387,0 | -2,1 |
| Aquisição de bens de capital | 48 340,8 | 24,2 | 38 435,7 | 17,4 | -9 905,1 | -20,5 |
| Transferências de capital | 10 017,2 | 5,0 | 13 223,5 | 6,0 | 3 206,2 | 32,0 |
| Activos financeiros | 2 942,0 | 1,5 | 3 229,4 | 1,5 | 287,4 | 9,8 |
| Passivos financeiros | 6 243,4 | 3,1 | 8 763,5 | 4,0 | 2 520,1 | 40,4 |
| Outras despesas de capital | - | - | 2 504,3 | 1,1 | 2 504,3 | 100,0 |
| Contas de ordem + Rec. p. terc. | 20 945,0 | 10,5 | 37 458,6 | 17,0 | 16 513,6 | 78,8 |
| Total das despesas | 199 837,3 | 100,0 | 220 660,8 | 100,0 | 20 823,5 | 10,4 |

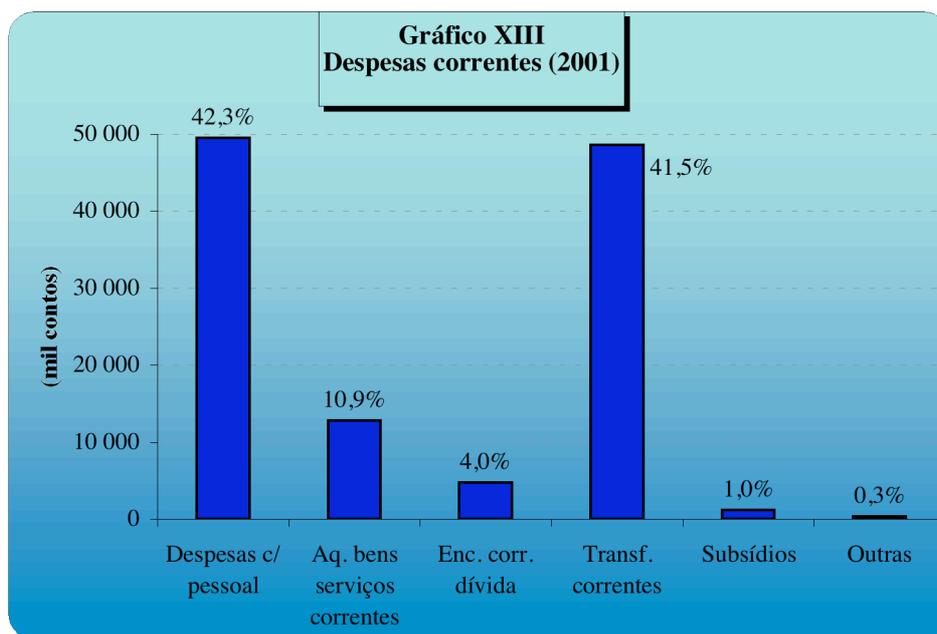
As despesas com o pessoal, que representam cerca de 42,3% do total das despesas correntes, atingiram os 49,5 milhões de contos correspondendo a um acréscimo de 8,9% relativamente a 2000.

A distribuição destas despesas, em milhões de contos, foi a seguinte:

- Remunerações certas e permanentes:.....41,9
- Abonos variáveis ou eventuais:3,2
- Segurança social:4,5

Das despesas com o pessoal, 36,5 milhões de contos foram despendidos pela Secretaria Regional de Educação, seguindo-se a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais com 5,8 milhões de contos e a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes com 2,9 milhões de contos.

Os valores afectos às transferências correntes, 48,6 milhões de contos, respeitaram principalmente às transferências para as administrações públicas (41,5 milhões de contos), mais concretamente, para os serviços e fundos autónomos. O remanescente distribuiu-se pelas transferências para as administrações privadas (6,1 milhões de contos) e para as famílias (1,0 milhões de contos).



As *transferências para as administrações públicas* incluíram as importâncias destinadas ao pagamento das despesas com o pessoal dos serviços e fundos autónomos, destacando-se aqui os valores do pessoal do Centro Regional de Saúde e do Centro Hospitalar do Funchal (7,2 milhões de contos e 13,7 milhões de contos, respectivamente).

São de destacar as transferências efectuadas pelos seguintes departamentos:

- Secretaria Regional dos Assuntos Sociais:..... 29,9 milhões de contos
- Secretaria Regional de Educação:..... 6,8 "
- Assembleia Legislativa Regional: 2,2 "

As despesas com *aquisição de bens e serviços correntes* foram de 12,8 milhões de contos, ou seja, menos 6,5% em relação às despesas realizadas no ano anterior, o que reflecte o esforço de contenção de despesas.

Por secretarias regionais, verifica-se que estas despesas tiveram maior peso na Secretaria Regional de Educação com 5,5 milhões de contos, seguindo-se a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais com 2,3 milhões de contos, a Secretaria Regional do Turismo e Cultura com 1,8 milhões de contos, a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes com 1,4 milhões de contos e a Secretaria Regional do Plano e Finanças com 1,2 milhões de contos.

Dentro deste agrupamento realçam-se as despesas com *aquisição de serviços* (8,6 milhões de contos) que diminuíram cerca de 0,6 milhões de contos em relação a 2000 e as despesas realizadas com os *bens não duradouros* (3,8 milhões de contos).

O agrupamento dos *encargos correntes da dívida* apresentou, relativamente a 2000, um acréscimo no valor de 1,6 milhões de contos sendo o seu peso de 2,1% no total das despesas correntes. Este acréscimo resultou do aumento das despesas afectas aos juros.

Os *subsídios* pagos em 2000 foram inferiores aos do ano anterior em 95,9 mil contos, ou seja, -7,5%.

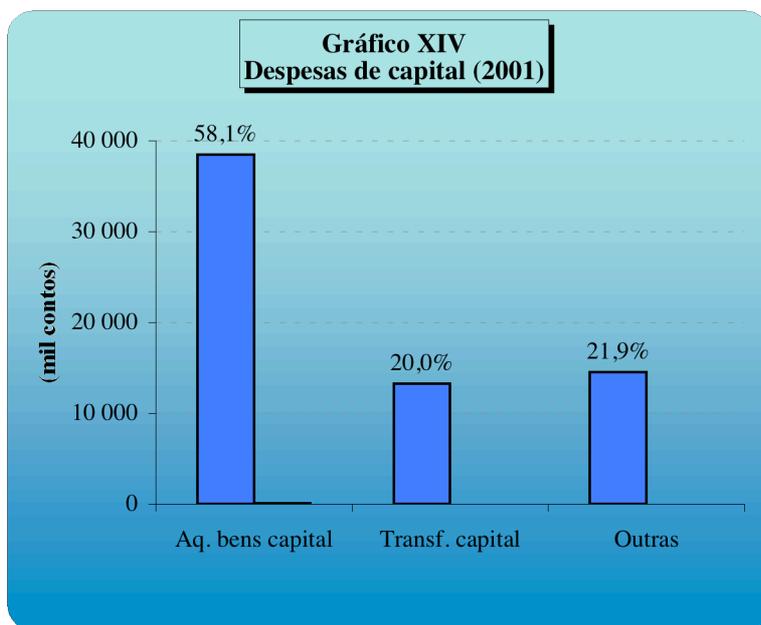
As despesas com os *subsídios*, no montante global de 1 176,0 mil contos foram mais relevantes nas seguintes secretarias regionais:

| | | |
|---|-------|------------|
| — Educação: | 407,5 | mil contos |
| — Vice-Presidência do Governo Regional: | 202,4 | " |
| — Ambiente e Recursos Naturais: | 150,6 | " |
| — Turismo e Cultura: | 144,8 | " |

As *outras despesas correntes* foram inferiores às verificadas no ano anterior em cerca de 149,8 mil contos. Com efeito, em 2000, foram de 446,3 mil contos e em 2001 o seu valor atingiu 296,4 mil contos.

As **despesas de capital**, no valor de 66,2 milhões de contos, representaram 30,0% das despesas efectuadas em 2001.

Por agrupamentos económicos, verifica-se que a *aquisição de bens de capital* teve o maior peso (38,4 milhões de contos), isto é 58,1% das despesas de capital, seguindo-se as *transferências de capital* com 13,2 milhões de contos e os *passivos financeiros* com 8,8 milhões de contos.



A Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes foi responsável pela execução de 80,8% (31,1 milhões de contos) do total das despesas com a *aquisição de bens de capital*. Seguiu-se a Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais com 5,5 milhões de contos.

Em 2001, a distribuição das despesas com a *aquisição de bens de capital* foi a seguinte:

| | (mil contos) | % |
|-----------------------------------|-----------------|--------------|
| — Terrenos:..... | 1 780,6 | 4,6 |
| — Edifícios: | 9 037,4 | 23,5 |
| — Construções diversas:..... | 25 993,5 | 67,6 |
| — Maquinaria e equipamento: | 1 026,5 | 2,7 |
| — Outras: | 597,7 | 1,6 |
| Total: | 38 435,7 | 100,0 |

De notar que 37,2 milhões de contos destas despesas foram afectos a investimentos do Plano.

As *transferências de capital* aumentaram no período em análise 3 206,2 mil contos.

Dentro deste agrupamento salientaram-se as transferências efectuadas pela Secretaria Regional do Plano e Finanças no âmbito dos investimentos municipais (5,8 milhões de contos) e pela Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais (3,4 milhões de contos).

As despesas com os *activos financeiros* foram de 3,2 milhões de contos, dos quais 2,5 milhões de contos destinaram-se a *aumentos de capital*. Seguiram-se os *empréstimos a médio e longo prazos* com 670,0 mil contos, *os empréstimos a curto prazo* com 15,5 mil contos e *os outros activos financeiros* com 5,0 mil contos.

Os *passivos financeiros* foram de 8,8 milhões de contos.

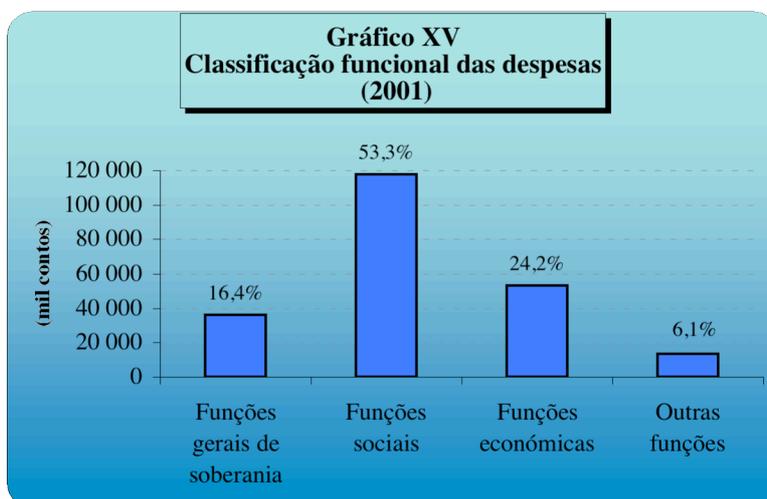
Nas *outras despesas de capital* estão consideradas as verbas dispendidas com o Temporal de Março de 2001.

As despesas afectas a *contas de ordem e recursos próprios de terceiros* foram de 37,5 milhões de contos, isto é, mais 16,5 milhões de contos do que em 2000.

4.3.3 Por classificação funcional

No Gráfico XV e no Quadro XIX é apresentada a evolução das despesas efectuadas nos anos de 2000 e 2001, de acordo com os códigos de classificação funcional.

As despesas com as *funções sociais* continuaram a ser as mais



relevantes com 117,6 milhões de contos, correspondendo a mais de metade (53,3%) do total das despesas efectuadas em 2001.

Quadro XIX
Despesas efectuadas
Classificação funcional

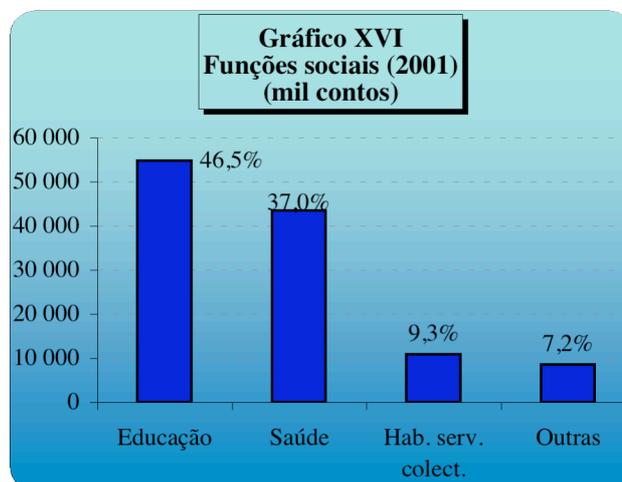
(1000 contos)

| Designação | 2000 | | 2001 | | Variação | |
|--|------------------|--------------|------------------|--------------|-----------------|-------------|
| | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem | Em valor | Porcentagem |
| Funções gerais de soberania: | 30 973,4 | 15,5 | 36 134,0 | 16,4 | 5 160,5 | 16,7 |
| Serviços gerais da administração pública | 30 484,6 | 15,3 | 35 534,6 | 16,1 | 5 050,0 | 16,6 |
| Segurança e ordem públicas | 488,9 | 0,2 | 599,3 | 0,3 | 110,5 | 22,6 |
| Funções sociais: | 106 296,9 | 53,2 | 117 617,0 | 53,3 | 11 320,1 | 10,6 |
| Educação | 52 108,1 | 26,1 | 54 740,2 | 24,8 | 2 632,1 | 5,1 |
| Saúde | 32 657,0 | 16,3 | 43 469,7 | 19,7 | 10 812,7 | 33,1 |
| Segurança e acção sociais | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Habituação e serviços colectivos | 14 252,2 | 7,1 | 10 924,1 | 5,0 | -3 328,1 | -23,4 |
| Serviços culturais, recreativos e religiosos | 7 279,7 | 3,6 | 8 483,0 | 3,8 | 1 203,3 | 16,5 |
| Funções económicas: | 52 850,2 | 26,4 | 53 452,7 | 24,2 | 602,5 | 1,1 |
| Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca | 10 002,2 | 5,0 | 11 228,3 | 5,1 | 1 226,1 | 12,3 |
| Indústria e energia | 763,3 | 0,4 | 1 157,2 | 0,5 | 393,8 | 51,6 |
| Transportes e comunicações | 38 441,8 | 19,2 | 35 121,0 | 15,9 | -3 320,7 | -8,6 |
| Comércio e turismo | 3 150,1 | 1,6 | 4 291,7 | 1,9 | 1 141,6 | 36,2 |
| Outras funções económicas | 492,8 | 0,2 | 1 654,4 | 0,7 | 1 161,6 | 235,7 |
| Outras funções: | 9 716,8 | 4,9 | 13 457,2 | 6,1 | 3 740,4 | 38,5 |
| Operações da dívida pública | 9 716,8 | 4,9 | 13 457,2 | 6,1 | 3 740,4 | 38,5 |
| Diversas não especificadas | - | - | - | - | - | - |
| Total | 199 837,3 | 100,0 | 220 660,8 | 100,0 | 20 823,5 | 10,4 |

Seguiram-se as despesas efectuadas com as *funções económicas* com 53,5 milhões de contos, as despesas com as *funções gerais de soberania* com 36,1 milhões de contos e as despesas com as *outras funções* que foram de 13,5 milhões de contos.

Em comparação com 2000, as despesas com as *funções sociais* aumentaram 11,3 milhões de contos, isto é, 10,6%, as despesas com as *funções gerais de soberania* aumentaram 5,2 milhões de contos, as despesas com as *outras funções* aumentaram 3,7 milhões de contos (38,5%) e as despesas com as *funções económicas* aumentaram cerca de 0,6 milhões de contos (1,1%).

No agrupamento das *funções sociais* são de destacar as despesas com a *educação* com 54,7 milhões de contos, mais 2,6 milhões de contos do que em 2000, com a *saúde* com 43,5 milhões de contos, mais 10,8 milhões de



contos do que em 2000 e com *a habitação e serviços colectivos* com 10,9 milhões de contos.

As secretarias regionais de Educação, dos Assuntos Sociais, do Ambiente e dos Recursos Naturais e do Equipamento Social e Transportes foram as que mais despenderam nesta área (56,8; 43,4; 9,2 e 6,6 milhões de contos, respectivamente).

No agrupamento das *funções económicas* destacaram-se as despesas efectuadas com *transportes e comunicações* e com *agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca*, que totalizaram o montante de 46,3 milhões de contos.

As despesas com *transportes e comunicações* foram de 35,1 milhões de contos, menos 3,3 milhões de contos do que em 2000. Destacaram-se aqui os *transportes rodoviários* cujas despesas foram de 28,4 milhões de contos e *os transportes marítimos e fluviais* com 1,7 milhões de contos.

As despesas com a *agricultura, silvicultura, pecuária, caça e pesca* atingiram 11,2 milhões de contos (+1,2 milhões de contos do que em 2000). Nestas destacaram-se as despesas com a *agricultura e pecuária* (6,5 milhões de contos), com a *pesca* (1,6 milhões de contos), com a *administração e regulamentação* (1,5 milhões de contos) e com a *silvicultura* (1,4 milhões de contos).

Com o *comércio e turismo* foram despendidos cerca de 4,3 milhões de contos, com a *indústria e energia* cerca de 1,2 milhões de contos e com as *outras funções económicas* 1,7 milhões de contos.

No código *funções económicas*, as secretarias regionais com maior relevo foram as seguintes: Equipamento Social e Transportes (31,3 milhões de contos); Ambiente e Recursos Naturais (11,2 milhões de contos); Plano e Finanças (4,0 milhões de contos) e Vice-Presidência do Governo Regional (2,7 milhões de contos).

As despesas com as *funções gerais de soberania* (36,1 milhões de contos) foram essencialmente realizadas pela Secretaria Regional do Plano e Finanças (29,6 milhões de contos), devido à inclusão neste agrupamento das despesas afectas aos recursos próprios de terceiros, pela Assembleia Legislativa Regional (2,4 milhões de contos) e pela Vice-Presidência do Governo Regional (2,4 milhões de contos).

As despesas com os *serviços gerais da administração pública* foram de 35,5 milhões de contos, mais 5,1 milhões de contos do que em 2000.

Nas *outras funções*, apenas tiveram expressão as despesas com *as operações da dívida pública* que totalizaram 13,5 milhões de contos, ou seja, mais 3,7 milhões de contos do que em 2000.

5. Investimentos do Plano

Em 2001 as despesas afectas aos investimentos do Plano (Capítulo 50) ascenderam a 64 360,2 mil contos, o que representa uma diminuição de 7,5% em relação ao ano anterior.

No Quadro XX é efectuada uma análise da evolução das despesas com os investimentos do Plano nos últimos cinco anos.

Quadro XX
Evolução dos investimentos do Plano

(1 000 contos)

| Anos | Preços correntes | Variação anual % | Preços de 1997 | Variação anual % |
|------|------------------|------------------|----------------|------------------|
| 1997 | 41 134,6 | -1,1 | 41 134,6 | -3,5 |
| 1998 | 45 527,2 | 10,7 | 44 678,3 | 8,6 |
| 1999 | 64 804,6 | 42,3 | 62 349,3 | 39,6 |
| 2000 | 69 607,9 | 7,4 | 65 464,9 | 5,0 |
| 2001 | 64 360,2 | -7,5 | 58 426,2 | -10,8 |

Em termos constantes e a preços de 1997, as despesas com os investimentos do Plano, em 2001, atingiram 58,4 milhões de contos, ou seja, menos 10,8% do que em 2000.

Em termos nominais, a diminuição das despesas com os investimentos do Plano, em relação a 2000, foi de 5 247,7 mil contos (-7,5%).

No período em análise (1997 a 2001) e a preços correntes as despesas com os investimentos aumentaram 56,5% (+23,2 milhões de contos), tendo passado de 41,1 milhões de contos em 1997 para 64,4 milhões de contos em 2001.

A preços de 1997, as despesas efectuadas em 2001 aumentaram cerca de 42,0% relativamente às despesas realizadas no início do período em análise.

O Quadro XXI, mostra a distribuição das despesas dos investimentos do Plano por classificação económica nos anos de 2000 e de 2001.

Em 2001, à semelhança do ano anterior, as despesas de capital, com 50,9 milhões de contos, foram as mais significativas no conjunto destas despesas. Representaram 79,1% do total das despesas efectuadas com investimentos do Plano. Seguiram-se as despesas correntes com 13,4 milhões de contos.

Em relação a 2000, o decréscimo das despesas com Investimentos do Plano foi de 5,2 milhões de contos (-7,5%). Quer as despesas correntes quer as despesas de capital diminuiram (5,4% e 8,1%, respectivamente).

As diminuições mais significativas ocorreram nas rubricas *de aquisição de bens de capital* (-9,7 milhões de contos) e *de aquisição de bens e serviços correntes* (-0,6 milhões de contos).

Quadro XXI
Distribuição das despesas dos investimentos do Plano
por classificação económica

(1000 contos)

| Designação | 2000 | | 2001 | | Variação | |
|--|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Despesas correntes | 14 206,1 | 20,4 | 13 444,2 | 20,9 | -761,9 | -5,4 |
| Despesas com pessoal | 234,6 | 0,3 | 216,8 | 0,3 | -17,8 | -7,6 |
| Aquisição de bens e serviços correntes | 5 756,6 | 8,3 | 5 156,5 | 8,0 | -600,1 | -10,4 |
| Encargos correntes da dívida | - | - | - | - | - | - |
| Transferências correntes | 6 970,7 | 10,0 | 7 142,1 | 11,1 | 171,5 | 2,5 |
| Subsídios | 932,0 | 1,3 | 782,4 | 1,2 | -149,6 | -16,1 |
| Outras despesas correntes | 312,3 | 0,4 | 146,4 | 0,2 | -165,9 | -53,1 |
| Despesas de capital | 55 401,8 | 79,6 | 50 915,9 | 79,1 | -4 485,9 | -8,1 |
| Aquisição de bens de capital | 46 852,7 | 67,3 | 37 163,2 | 57,7 | -9 689,6 | -20,7 |
| Transferências de capital | 8 251,4 | 11,9 | 11 544,0 | 17,9 | 3 292,7 | 39,9 |
| Activos financeiros | 297,7 | 0,4 | 2 208,7 | 3,4 | 1 911,0 | 641,9 |
| Passivos financeiros | - | - | - | - | - | - |
| Outras despesas de capital | - | - | - | - | - | - |
| Contas de ordem + Rec. p. terc. | - | - | - | - | - | - |
| Total | 69 607,9 | 100,0 | 64 360,2 | 100,0 | -5 247,7 | -7,5 |

No agrupamento das despesas de capital, as despesas com a *aquisição de bens de capital* foram as mais relevantes. Em 2001, o seu valor foi de 37,2 milhões de contos, ou seja, 73,0% do total das despesas de capital efectuadas e 57,7% do total das despesas realizadas com investimentos do Plano.

O decréscimo nas despesas afectas a *aquisição de bens de capital* resultou da diminuição do nível de investimentos efectuados com estradas, túneis e, de uma forma geral com as vias de comunicação.

Seguiram-se as despesas afectas às *transferências de capital* com 11,5 milhões de contos. Neste agrupamento estão incluídas as transferências para os investimentos do Plano dos serviços e fundos autónomos, que em 2001 atingiram o montante de aproximadamente 9,8 milhões de contos.

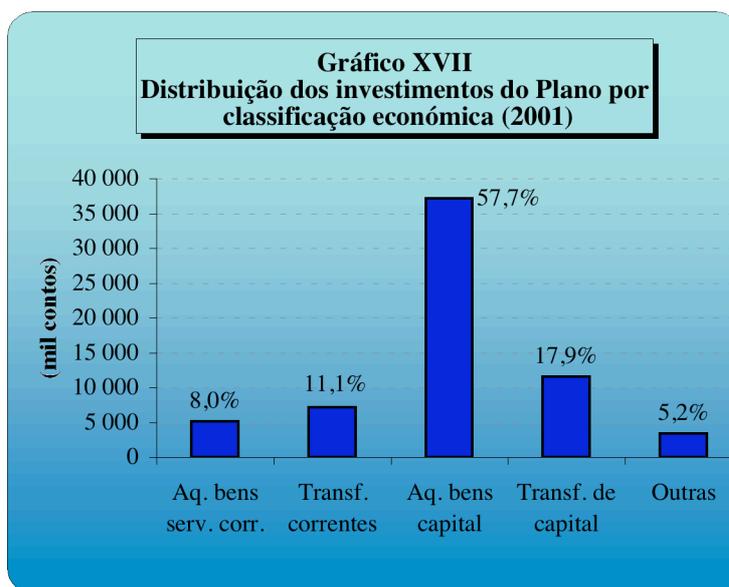
As secretarias regionais com *transferências de capital*, para as administrações públicas, mais relevantes foram as seguintes:

- Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais: 3,4 milhões de contos, revertidos principalmente a favor do Instituto de Habitação da Madeira, IFADAP, PNM e IVM;
- Secretaria Regional do Plano e da Coordenação: 4,4 milhões de contos relacionados com os investimentos municipais;

- Secretaria Regional de Educação: 0,8 milhões de contos a favor do IDRAM, Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira e Direcção Regional de Formação Profissional;
- Vice-Presidência do Governo Regional: 0,7 milhões de contos a favor do Instituto de Desenvolvimento Empresarial
- Secretaria Regional Assuntos Sociais: 0,5 milhões de contos distribuídos pelos serviços e fundos autónomos.

Nas despesas correntes o único acréscimo em relação a 2000 ocorreu nas transferências correntes (+171,5 mil contos).

A diminuição de 5,4% em relação a 2000 deveu-se, principalmente, ao decréscimo das despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* (-600,1 mil contos), com os *subsídios* (-149,6 mil contos) e com as *outras despesas correntes* (-165,9 mil contos).



Em 2001 o agrupamento com maior peso nas despesas correntes foram as *transferências correntes* com 7,1 milhões de contos, seguindo-se as despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* com 5,2 milhões de contos.

No Quadro XXII é comparada a distribuição das despesas com investimentos do Plano por departamentos, nos anos de 2000 e 2001.

Em 2001, as secretarias regionais com maior volume de despesas realizadas foram as do Equipamento Social e Transportes, Ambiente e Recursos Naturais, Educação e Plano e Finanças.

A **Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes**, foi responsável por mais de metade do valor das despesas efectuadas com os investimentos do Plano (52,7%). Em relação ao ano anterior ocorreu contudo um decréscimo das despesas afectas a este departamento do Governo Regional de 4,5 milhões de contos.

Quadro XXII
Distribuição das despesas dos investimentos do Plano por departamentos

(1000 contos)

| Departamentos | 2000 | | 2001 | | Variação | |
|---|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Vice-Presidência do Governo Regional | 1 139,9 | 1,6 | 2 349,4 | 3,7 | 1 209,5 | 106,1 |
| Secretaria Regional dos Recursos Humanos | 899,0 | 1,3 | 872,7 | 1,4 | -26,3 | -2,9 |
| Secretaria Regional do Turismo e Cultura | 2 442,4 | 3,5 | 2 471,3 | 3,8 | 28,9 | 1,2 |
| Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes | 38 372,4 | 55,1 | 33 911,4 | 52,7 | -4 461,0 | -11,6 |
| Secretaria Regional Assuntos Sociais | 718,3 | 1,0 | 794,6 | 1,2 | 76,3 | 10,6 |
| Secretaria Regional de Educação | 7 303,2 | 10,5 | 7 874,0 | 12,2 | 570,8 | 7,8 |
| Secretaria Regional do Plano e Finanças | 3 337,0 | 4,8 | 4 524,8 | 7,0 | 1 187,8 | 35,6 |
| Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais | 15 395,7 | 22,1 | 11 562,0 | 18,0 | -3 833,7 | -24,9 |
| Total | 69 607,9 | 100,0 | 64 360,2 | 100,0 | -5 247,7 | -7,5 |

Nota: Para efeitos de comparação, as despesas realizadas em 2000, pelos departamentos do Governo Regional, foram redistribuídas consoante as alterações da estrutura orgânica do Governo Regional aprovadas pelo DRR n.º43/2000/M, de 12 de Dezembro.

Nesta secretaria regional, os investimentos que mais se destacaram, quer pelo seu valor, quer pelo grau de execução financeira, foram os seguintes:

(mil contos) (Taxa exec.)

| | | |
|---|-----------------|--------------|
| — Túnel da Encumeada e seus acessos:..... | 5 018,7 | 57,0% |
| — Via rápida Funchal - Aeroporto - 2ª Fase:..... | 4 951,6 | 72,9% |
| — Via expresso Machico – Faial:..... | 4 696,0 | 80,6% |
| — Circular ao Funchal Cota 200 – 2ª Fase:..... | 3 876,1 | 63,8% |
| — Reconstrução E.R. 101-Tr. S. Vicente -P.Moniz:..... | 2 517,5 | 87,3% |
| — Aquis. terrenos p/ construção de infra-estruturas rodoviárias:..... | 1 411,7 | 69,6% |
| — APRAM – Administração de Portos da RAM:.. | 1 341,8 | 92,5% |
| — Escola Secundária e Pavilhão Gimnodesportivo - Ponta do Sol: | 731,2 | 98,9% |
| — Biblioteca e Arquivo da RAM:..... | 677,5 | 70,9% |
| — Ampliação do aeroporto da Madeira - ER 101 2ª Fase:..... | 600,0 | 33,7% |
| Total: | 25 822,1 | 53,3% |

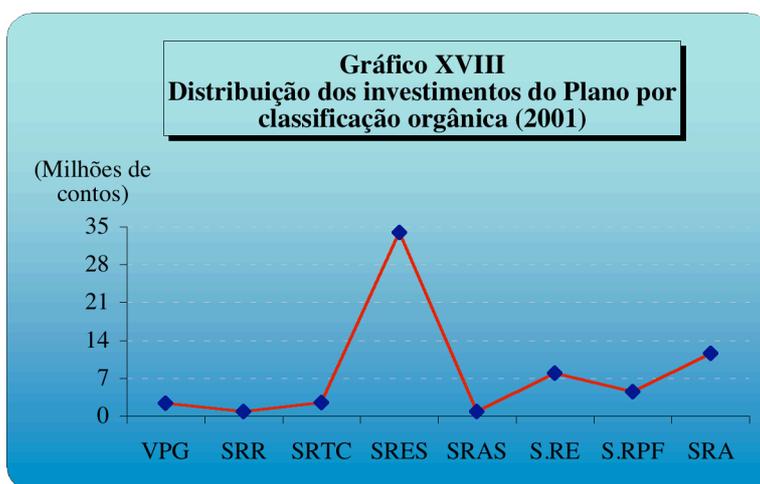
Em termos globais e em relação à dotação orçamental este departamento teve uma taxa de execução de 70,0%.

Na **Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais** as despesas com os investimentos do Plano foram de 11,6 milhões de contos.

As despesas mais relevantes foram afectas aos seguintes programas/projectos:

| | |
|---|--------------------|
| — Sistema integrado tratamento destino final RSU Meia Serra:..... | 5 043,8 mil contos |
| — Promoção directa e indirecta de habitação social – IHM:..... | 2 345,1 mil contos |

- Apoio projectos da administração pública no âmbito do PDAR:.....1 071,2 mil contos
- Reforço, melhoria sist. captação, adução, tratamento água – IGA:..... 383,0 mil contos
- Lota do Caniçal - Construção, maquinaria e equipamento: 346,6 mil contos
- Entrepasto frigorífico do Funchal – Constr., maq. e equipamento:.... 233,2 mil contos
- Programa de luta biológica -POSEIMA E REGIS II:..... 223,7 mil contos



A execução das despesas com os investimentos do Plano da **Secretaria Regional de Educação** foi de 7,9 milhões de contos, ou seja, 12,2% do total das despesas com investimentos do Plano. Em relação à dotação orçamental, registou-se uma taxa de execução de 86,0%.

Os investimentos que mais se destacaram nesta Secretaria Regional foram os seguintes (em milhares de contos):

- Acções de fomento desportivo – IDRAM:.....5 079,0
- Implementação, controlo e avaliação de acções de formação profissional:.....611,7
- Acções de formação-EHTM:.....610,0

As despesas com os investimentos do Plano afectos à **Secretaria Regional do Plano e Finanças** foram de aproximadamente 4,5 milhões de contos, o que corresponde a 7,0% do total das despesas realizadas em 2001 e a mais 1,2 milhões de contos do que as despesas efectuadas no ano anterior. A quase totalidade destas despesas reverteu a favor dos investimentos municipais (4,4 milhões de contos).

As despesas efectuadas pela **Secretaria Regional do Turismo e Cultura** foram de 2,5 milhões de contos. Aproximadamente metade deste valor esteve afecto à "Festa do fim do ano" (1,2 milhões de contos). Salientaram-se ainda os projecto referentes ao "Apoio à descentralização cultural" com 160,3 mil contos, a "Promoção do Golfe" (144,8 mil contos) e a "Campanha de Imagem" com 138,0 mil contos. Relativamente à dotação orçamental a taxa de execução foi de 70,3%.

Quanto à **Vice-Presidência do Governo Regional** a execução dos investimentos do Plano ascendeu a 2,3 milhões de contos, isto é, mais 106,1% em relação à execução orçamental de 2000, o que se deveu à criação de algumas Sociedades de Desenvolvimento. Com efeito, neste departamento, os investimentos que mais se destacaram foram os seguintes: “Programa incentivos investimento e engenharia financeira - IDE-RAM”, com 756,0 mil contos; “Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. - SDPS, SA” com 470,0 mil contos; “Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, SA” com 180,4 mil contos; “Sociedade promoção desenvolvimento zona oeste Madeira, SA - Ponta Oeste, SA” com 140,0 mil contos e “Apoio produtores privados energia eléctrica – DRCI” com 124,2 mil contos.

Nos dois anos em análise, as despesas realizadas **pela Secretaria Regional dos Recursos Humanos** e pela **Secretaria Regional dos Assuntos Sociais** foram as menos significativas, com 872,7 mil contos e 794,6 mil contos, em 2001, respectivamente.

Distribuindo as despesas com os investimentos do Plano, por classificação funcional (Quadro XXIII e Gráfico XX), sobressaem as despesas afectas às *funções económicas* e às *funções sociais* com 40,1 milhões de contos e 22,7 milhões de contos, respectivamente.

Quadro XXIII
Distribuição das despesas dos investimentos do Plano por funções

| Designação | (1000 contos) | | | | | |
|--|-----------------|--------------|-----------------|--------------|-----------------|--------------|
| | 2000 | | 2001 | | Variação | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Funções gerais de soberania | 2 346,5 | 3,4 | 1 492,4 | 2,3 | -854,1 | -36,4 |
| Serviços gerais da administração pública | 2 128,5 | 3,1 | 1 259,6 | 2,0 | -868,9 | -40,8 |
| Segurança e ordem públicas | 218,0 | 0,3 | 232,8 | 0,4 | 14,8 | 6,8 |
| Funções sociais | 26 272,2 | 37,7 | 22 744,5 | 35,3 | -3 527,7 | -13,4 |
| Educação | 6 211,7 | 8,9 | 5 101,0 | 7,9 | -1 110,8 | -17,9 |
| Saúde | 1 256,7 | 1,8 | 884,3 | 1,4 | -372,5 | -29,6 |
| Segurança e acção sociais | - | - | - | - | - | - |
| Habituação e serviços colectivos | 12 951,9 | 18,6 | 9 612,5 | 14,9 | -3 339,5 | -25,8 |
| Serviços culturais, recreativos e religiosos | 5 851,8 | 8,4 | 7 146,8 | 11,1 | 1 295,0 | 22,1 |
| Funções económicas | 40 989,1 | 58,9 | 40 123,2 | 62,3 | -865,9 | -2,1 |
| Agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pesca | 3 426,3 | 4,9 | 3 425,2 | 5,3 | -1,1 | 0,0 |
| Indústria e energia | 601,7 | 0,9 | 517,9 | 0,8 | -83,7 | -13,9 |
| Transportes e comunicações | 34 777,0 | 50,0 | 32 731,8 | 50,9 | -2 045,2 | -5,9 |
| Comércio e turismo | 2 072,2 | 3,0 | 2 644,6 | 4,1 | 572,4 | 27,6 |
| Outras funções económicas | 112,0 | 0,2 | 803,8 | 1,2 | 691,8 | 617,9 |
| Outras funções | - | - | - | - | - | - |
| Total | 69 607,9 | 100,0 | 64 360,2 | 100,0 | -5 247,7 | -7,5 |

As *funções gerais de soberania* tiveram o menor peso com 1,5 milhões de contos.

No agrupamento das *funções económicas*, à semelhança do ano anterior destacaram-se as despesas realizadas com *transportes e comunicações* com 32,7 milhões de contos. Seguiram-se as

despesas com a *agricultura e pecuária, silvicultura, caça e pescas* com 3,4 milhões de contos, com o *comércio e turismo* (2,6 milhões de contos), com as *outras funções económicas* (0,8 milhões de contos) e com a *indústria e energia* (0,5 milhões de contos).

Em relação a 2000 as despesas afectas às *funções económicas* diminuíram cerca de 0,9 milhões de contos (-2,1%) o que se deveu, essencialmente ao decréscimo das despesas com os *transportes e comunicações* em cerca de 2,0 milhões de contos (-5,9%).

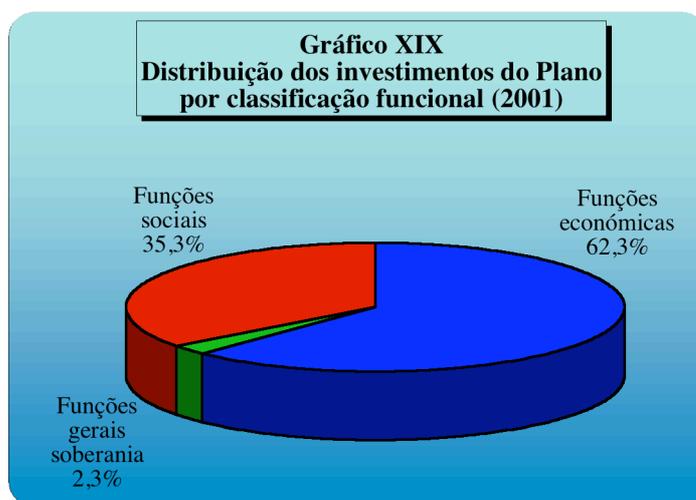
Em segundo lugar, estão as *funções sociais* que, em 2001, representaram 35,3% do total das despesas efectuadas com os investimentos do Plano.

Nestas, continuaram a sobressair as despesas efectuadas com a *habitação e serviços colectivos*, com os *serviços culturais, recreativos e religioso* e com a *educação* com 9,6 milhões de contos, 7,1 milhões de contos e 5,1 milhões de contos, respectivamente.

Com a *saúde* foram despendidos cerca de 0,9 milhões de contos, em 2001.

Em termos globais as despesas com as *funções sociais* diminuíram 3,5 milhões de contos, de 2000 para 2001, o que se deveu, principalmente, à diminuição das despesas afectas à *habitação e serviços colectivos* (-3,3 milhões de contos) e à *educação* (-1,1 milhões de contos).

Por último, as despesas com as *funções gerais de soberania* foram de 1,5 milhões de contos. O seu peso no conjunto das despesas foi de 2,3% e respeitou quase na totalidade *aos serviços gerais da administração pública* com 1,3 milhões de contos.



III – DÍVIDA DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

1. Contracção de empréstimos

No início do 4.º trimestre de 2001, conforme deliberação do Conselho do Governo — Resolução n.º 1352/2001 de 20 de Setembro, no uso do disposto nos artigos 7.º e 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4-A/2001/M de 3 de Abril, (Orçamento da Região para 2001), em conjugação, com o artigo 78.º da Lei n.º 30-C/2000 de 29 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2001), e com os artigos 23.º, 24.º e 26.º da Lei n.º 13/98 de 24 de Fevereiro (Lei de Finanças das Regiões Autónomas), foram encetados os procedimentos para contracção dum empréstimo amortizável de longo prazo até ao montante de 30 milhões de euros (6 014 460 contos), cujo produto se destinou a assegurar o financiamento da execução dos projectos incluídos no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional (PIDDAR) para o ano de 2001.

Assim, após consulta efectuada, e atentas as melhores condições de mercado, nos termos da Resolução n.º 1657/2001 de 29 de Novembro do Conselho do Governo de 29 de Novembro, foi adjudicado ao Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., e ao Bankgesellschaft Berlin Aktiengesellschaft, em consórcio, um empréstimo na modalidade *Schuldschein*, pelo prazo de 10 anos, o qual veio a beneficiar da garantia pessoal do Estado, autorizado nos termos do despacho n.º 75/2002, de 14 de Março, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

Por toda a tramitação necessária à contratação da operação de financiamento referida, ter decorrido para além dos *timings* previstos, tendo a mesma sido concluída já em 2002; no final de 2001, nos termos da Resolução n.º 1772/2001 de 20 de Dezembro, foi contraído um empréstimo intercalar, a ser reembolsado automaticamente com o produto do empréstimo *Schuldschein*, e cujo produto, ao antecipar a receita deste empréstimo, permitiu que a mesma desse entrada durante o ano económico de 2001.

No final de Março de 2001, foi concretizada a operação de financiamento relativa à emissão do empréstimo obrigacionista no montante de 42 941 410 euros (8 608 979 contos), cujo produto nos termos da Resolução n.º 2018/2000 de 20 de Dezembro se destinou a amortizar o empréstimo intercalar contraído pela Região no final de 2000, junto da CGD e BCP, em consórcio.

Para fazer face a necessidades momentâneas de Tesouraria, durante o ano de 2001, ao abrigo do disposto no artigo 115.º da Lei n.º 130/99 de 21 de Agosto, e do artigo 25.º da Lei n.º 13/98 de 24 de Fevereiro, nos termos da Resolução n.º 90/2001 de 25 de Janeiro, foi contratado um

empréstimo de curto prazo até ao montante de 5 milhões de contos, junto do Banco Totta & Açores, S.A., na modalidade de conta corrente.

2. Encargos da dívida

Em 2001, os encargos com a dívida atingiram o montante de 13,4 milhões de contos, sendo parte significativa deste montante, ou seja, 65,2% ou 8,7 milhões de contos, destinado a amortizar dívida existente.

Relativamente a encargos com juros, cujo montante total dos pagamentos em 2001 perfaz 4,6 milhões de contos, e que representaram 34,6% dos encargos totais com a dívida pagos em 2001, 84,9% referem-se a pagamento de juros efectuados no âmbito do cumprimento dos planos de amortização de dívida contratada.

Quadro XXIV
Amortizações e pagamentos de juros e outras despesas correntes da dívida,
por entidades credoras
(situação em 31 de Dezembro de 2001)

| (Unid.:esc.) | | | | |
|---------------------------------|-------------------------|-------------------------|----------------------|--------------------------|
| Entidades credoras | Amortizações | Juros | Outras despesas | Total |
| BANCOS | | | | |
| BEI | 113 905 410,00 | 96 060 311,00 | 130 000,00 | 210 095 721,00 |
| CISF | - | 1 201 207 800,00 | 1 553 120,00 | 1 202 760 920,00 |
| CISF | - | 1 022 210 641,00 | 694 666,00 | 1 022 905 307,00 |
| CISF; CGD e BANIF | - | 575 158 800,00 | 701 369,00 | 575 860 169,00 |
| CHEMICAL | - | 252 906 093,00 | 777 115,00 | 253 683 208,00 |
| BCP e BANIF | - | 254 649 274,00 | - | 254 649 274,00 |
| CGD e BCP | 8 608 979 760,00 | 160 901 832,00 | - | 8 769 881 592,00 |
| BES | - | 154 750 254,00 | - | 154 750 254,00 |
| BCP Investimento, BCP e CGD | - | 184 006 656,00 | 26 490 710,00 | 210 497 366,00 |
| BTA | - | 26 072 086,00 | - | 26 072 086,00 |
| BANIF | - | - | 68 133,00 | 68 133,00 |
| BCP | - | - | 25 847,00 | 25 847,00 |
| BPI | - | - | 193 660,00 | 193 660,00 |
| BTA | - | - | 5 210,00 | 5 210,00 |
| BES | - | - | 115 186,00 | 115 186,00 |
| BPSM | - | - | 4 373,00 | 4 373,00 |
| Banco Santander | - | - | 20 385,00 | 20 385,00 |
| Crédito Predial Português, S.A. | - | - | 156,00 | 156,00 |
| CGD | - | - | 4 160,00 | 4 160,00 |
| OUTROS CREDITORES | - | 700 871 750,00 | - | 700 871 750,00 |
| TOTAL | 8 722 885 170,00 | 4 628 795 497,00 | 30 784 090,00 | 13 382 464 757,00 |

Quanto aos pagamentos efectuados através da rubrica “Outras despesas”, cujo montante totalizou 30,8 mil contos, os mesmos para além de incluírem o encargo relativo ao pagamento da comissão de organização e montagem do empréstimo obrigacionista “RAM 2001”, no montante de 25,8 mil contos, incluem também as despesas inerentes ao normal cumprimento da dívida dos empréstimos contratados e em carteira (correspondentes nomeadamente a comissões de agente pagador e serviços prestados pela Interbolsa), e, embora sem importância tão significativa, portes e comissões cobradas pelos Bancos por transferências efectuadas.

3. Dívida

O valor total da dívida pública da Região ascendia em 31 de Dezembro de 2001 a 88,7 milhões de contos, valor que relativamente ao valor da dívida registado no início do ano — 82,8 milhões de contos —, representa um acréscimo de 7,1%.

A quase totalidade do stock da dívida existente em 31 de Dezembro de 2001, (99,2%) respeita a dívida contraída no mercado interno, sendo o remanescente 692 mil contos, cerca de 1% respeitante a dívida do empréstimo “Ambiente - Madeira” contraído na ordem externa, junto do Banco Europeu de Investimento.

Quadro XXV
Dívida da RAM em 31 de Dezembro de 2001

| Unid.: mil contos | | | |
|--|----------------|---------|---------------|
| Instituição de crédito/designação do financiamento | Garantia | Prazo | Montante |
| 1. Empréstimos Obrigacionistas | | | |
| 1.1. CISF/Emp. Obrig. RAM 96 | Aval do Estado | 10 anos | 26 000 |
| 1.2. CISF/Emp. Obrig. RAM97-1.ª à 3.ª séries | Aval do Estado | 10 anos | 22 800 |
| 1.3. CHEMICAL/Emp. Obrig. RAM 99 | - | 10 anos | 5 012 |
| 1.4. BCPe CGD/Emp. Obrig. RAM 2001 | Aval do Estado | 15 anos | 8 609 |
| 2. Crédito directo | | | |
| 2.1. BEI/"Ambiente Madeira" | Aval do Estado | 20 anos | 692 |
| 2.2. BCP e BANIF/Emp. l.p. | - | 10 anos | 5 000 |
| 2.3. BES/ Emp. l.p. | - | 10 anos | 2 598 |
| 2.4. BTA/Emp. Centro Reg. Saúde | - | 1 ano | 10 024 |
| 2.5. BTA/Emp. Centro Hosp. do Funchal | - | 1 ano | 1 976 |
| 2.6. BTA/Emp. Intercalar | - | 3 meses | 6 015 |
| TOTAL | | | 88 726 |

A dívida pública regional, se exceptuarmos o empréstimo BEI - Ambiente e o empréstimo obrigacionista RAM 2001, com prazo de 20 e 15 anos respectivamente, tem sido contratada pelo prazo de 10 anos, e tal como podemos observar pelo Quadro XXV, 65,5% (ou seja, 58 101 mil contos) da dívida correspondente a empréstimos detidos pela Região em carteira usufruem de garantia do Estado.

Por último, refira-se que no final de 2001, e no uso do disposto no n.º 1 do artigo 26.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4-A/2001/M, o Centro Regional de Saúde e o Centro Hospitalar do Funchal, para satisfação de necessidades de tesouraria, procederam à contracção, pelo prazo de 1 ano, prorrogável por mais 6 meses, de empréstimos no montante de, respectivamente, 50.000.000,00 euros e 9.856.000,00 euros, os quais seriam assumidos, ainda em 2001, pelo Governo Regional, nos termos de Acordos celebrados para o efeito em 28 de Dezembro de 2001.

4. Dívida indirecta

O valor total da dívida pública indirecta da Região Autónoma da Madeira ascendia em 31 de Dezembro de 2001 a 27.998 mil contos, valor que relativamente ao valor registado no início do ano, 22 467 mil contos, representa um acréscimo de 24,6%.

Na análise sectorial dos avales prestados pela Região Autónoma da Madeira, em termos absolutos e reportando aos três últimos anos, temos vindo a assistir a um reforço dos avales prestados em todos os sectores de actividade económica. Contudo, o sector terciário destaca-se dos restantes, absorvendo, em 2001, 63,8% dos avales concedidos pela Região e representando um acréscimo de 27% em relação ao ano anterior.

Observa-se, ainda, uma reorientação da política dos avales da Região, dentro do próprio sector de actividade. Antes orientados para a habitação, passaram a garantir, fundamentalmente, o financiamento de investimentos em infra-estruturas portuárias ("APRAM — Administração dos Portos da R.A.M., S.A." — 9 000 mil contos) e desportivas, no âmbito de linhas de crédito de apoio à criação de infra-estruturas desportivas (Clubes e Associações Desportivas — 5.457,2 mil contos). Os avales prestados no âmbito do Protocolo de Reequilíbrio Financeiro dos Municípios da R.A.M., ainda têm um peso considerável no total do sector, 6%, correspondendo em termos absolutos a 1 071,4 mil contos.

Numa posição menos relevante, situam-se os avales ao sector secundário, com 20,3% do total dos avales concedidos pela Região Autónoma da Madeira. Além da "EEM - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A." — 2 038,9 mil contos —, o principal beneficiário é a "IGA —

Investimentos e Gestão da Água, S.A.”, cujo aval concedido, no valor de 3 000 mil contos, destinou-se a garantir o seu plano de actividades e de investimentos do ano de 2001.

Quanto ao sector primário, este beneficiou de 15,9% do total dos avales concedidos. Incidiram, sobretudo, nas actividades relacionadas com a banana — 2 619,9 mil contos — e nas actividades da pesca — 1 842,8 mil contos.

Quadro XXVI
Estrutura dos avales concedidos pela Região Autónoma da Madeira
Situação em 31 de Dezembro de 2001

(1000 contos)

| CAE | Valor | % |
|---|-----------------|--------------|
| Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca | 4 465,4 | 100,0 |
| TOTAL SECTOR PRIMÁRIO | 4 465,4 | 15,9 |
| Indústrias Transformadoras | 633,0 | 11,2 |
| Electricidade, Gás e Água | 5 038,9 | 88,8 |
| Construção e Obras Públicas | 0,0 | 0,0 |
| TOTAL SECTOR SECUNDÁRIO | 5 671,9 | 20,3 |
| Comércio Grosso e Retalho, Restaurantes e Hotéis | 409,4 | 2,3 |
| Transporte, Armazenagem e Comunicações | 9 000,0 | 50,4 |
| Operações sobre imóveis e outros serviços prestados à colectividade | 949,3 | 5,3 |
| Serviços Prestados à Colectividade, Serviços Sociais e Pessoais | 7 502,3 | 42,0 |
| TOTAL SECTOR TERCIÁRIO | 17 861,0 | 63,8 |
| TOTAL GERAL | 27 998,3 | 100,0 |

A análise do quadro da situação dos avales concedidos pela Região Autónoma da Madeira em 31 de Dezembro de 2001 (vide Anexo XXXI) evidência, ainda, que se encontram por utilizar 4 149,3 mil contos, sendo já utilizados 23 715,6 mil contos.

No decurso do ano de 2001 foram utilizados 11.763,7 mil contos de financiamentos avalizados pela Região, enquanto as amortizações se ficaram pelos 6 600,4 mil contos.

Em relação aos novos avales, no ano de 2001 a Região avalizou empréstimos no montante de 10 777,6 mil contos, fundamentalmente dirigidos a empresas — 9 752,6 mil contos.

O destaque vai para a “IGA — Investimentos e Gestão da Água, S.A.” — 4 500 mil contos — e para a “APRAM — Administração dos Portos da R.A.M., S.A.” — 3 000 mil contos —, seguindo-se a “CAPFM — Cooperativa Agrícola de Produtores de Frutas da Madeira, C.R.L.” e a “COPOBAMA — Cooperativa de Produtores de Banana da Madeira, C.R.L.”, que no conjunto beneficiaram de avales no montante 1.400 mil contos, e os armadores de pesca que beneficiaram de avales na ordem dos 643,9 mil contos.

Os Clubes e Associações Desportivas usufruíram dos restantes 2 525 mil contos do total dos avales concedidos em 2001, com realce para o “Clube de Futebol Andorinha” — 789,6 mil contos —, o “Clube de Futebol União” — 335,9 mil contos — e o “Iate Clube Quinta do Lorde” — 350 mil contos.

A relação nominal dos avales concedidos pela Região Autónoma da Madeira no decurso do ano 2000 encontra-se em anexo (vide Anexo XXXII).

No ano de 2001, a Região Autónoma da Madeira não foi reembolsada pelos pagamentos efectuados por execução de avales prestados (vide Anexo XXXIII).

No que respeita a execução de avales concedidos, a Região Autónoma da Madeira efectuou o pagamento de 74,7 mil contos (vide Anexo XXXIV).

IV – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

1. Receita

O valor global das receitas dos serviços, institutos e fundos autónomos foi de, aproximadamente, 91,4 milhões de contos.

Quadro XXVII
Receita global dos serviços e fundos autónomos
(2001)

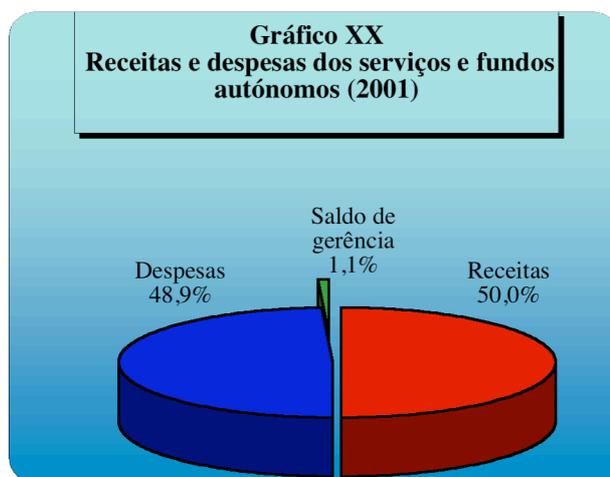
(1 000 contos)

| Rubrica | Total | % |
|--|-----------------|--------------|
| Receitas correntes | | |
| Taxas, multas e outras penalidades | 103,0 | 0,1 |
| Rendimentos da propriedade | 63,0 | 0,1 |
| Transferências correntes | 44 885,0 | 49,1 |
| Venda de bens e serviços correntes | 1 084,0 | 1,2 |
| Outras receitas correntes | 169,0 | 0,2 |
| Soma | 46 304,0 | 50,7 |
| Receitas de capital | | |
| Venda de bens de investimento | 132,0 | 0,1 |
| Transferências de capital | 8 056,0 | 8,8 |
| Activos financeiros | 108,0 | 0,1 |
| Passivos financeiros | 12 000,0 | 13,1 |
| Outras receitas de capital | 1 159,0 | 1,3 |
| Reposições não abatidas nos pagamentos | 9,0 | 0,0 |
| Soma | 21 464,0 | 23,5 |
| Contas de ordem | 23 619,0 | 25,8 |
| Total das receitas | 91 387,0 | 100,0 |

As transferências do Orçamento da Região, correntes e de capital, constituem normalmente as principais fontes de financiamento. Representaram, no seu conjunto, 51,3% do total das receitas.

O Centro Hospitalar do Funchal, o Centro Regional de Saúde, o Instituto de Desporto da RAM e a Assembleia Legislativa Regional foram os principais beneficiários das *transferências correntes*, cabendo aos Institutos de Habitação, do Desporto e de Desenvolvimento Empresarial e à Direcção Regional da Agricultura — PDAR as maiores importâncias das *transferências de capital*.

Quanto às receitas próprias, o seu peso relativo foi bastante reduzido salientando-se, apenas, os valores atingidos pelo Instituto de Habitação da Madeira, em *Venda de bens e serviços correntes* (532,6 mil contos) e em *Venda de bens de investimento* (116,5 mil contos) e ainda pelo Centro Hospitalar do Funchal e pela Escola Profissional de Hotelaria e Turismo, em *Venda de bens e serviços correntes*, 295,3 mil contos e 112,1 mil contos, respectivamente.



2. Despesa

As *despesas com o pessoal*, com as *aquisições de bens e serviços correntes* e com as *transferências* representaram as parcelas mais significativas das despesas totais realizadas em 2001, respectivamente 29,1%, 18,4% e 10,4% do seu valor total.

Relativamente às primeiras, verifica-se que cerca de 82,2% (21,5 milhões de contos) são referentes ao Centro Hospitalar do Funchal e ao Centro Regional de Saúde e suportadas

Quadro XXVIII
Despesa global dos serviços e fundos autónomos (2001)

(1 000 contos)

| Rubrica | Total | % |
|--|-----------------|--------------|
| Despesas correntes | | |
| Despesas com o pessoal | 26 158,0 | 29,1 |
| Aquisição de bens e serviços correntes | 16 510,0 | 18,4 |
| Encargos correntes da dívida | 1 721,0 | 1,9 |
| Transferências correntes | 9 342,0 | 10,4 |
| Subsídios | 354,0 | 0,4 |
| Outras despesas correntes | 3 916,0 | 4,4 |
| Soma | 58 001,0 | 64,6 |
| Despesas de capital | | |
| Aquisição de bens de capital | 3 951,0 | 4,4 |
| Transferências de capital | 3 936,0 | 4,4 |
| Activos financeiros | 409,0 | 0,5 |
| Passivos financeiros | - | - |
| Outras despesas de capital | 2,0 | 0,0 |
| Soma | 8 298,0 | 9,2 |
| Contas de ordem | 23 538,0 | 26,2 |
| Total das despesas | 89 837,0 | 100,0 |

integralmente por transferências do Orçamento da Região.

As *transferências correntes* do Instituto do Desporto da RAM e do Fundo de Gestão para o Acompanhamento de Programas de Formação Profissional somam cerca de 7 975,1 mil contos e representam 85,4% do total.

V – CONTA CONSOLIDADA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL

O Quadro XXIX mostram o resumo da conta consolidada da administração pública regional para o ano de 2001, o que permite visionar, de uma forma integrada, a discriminação das

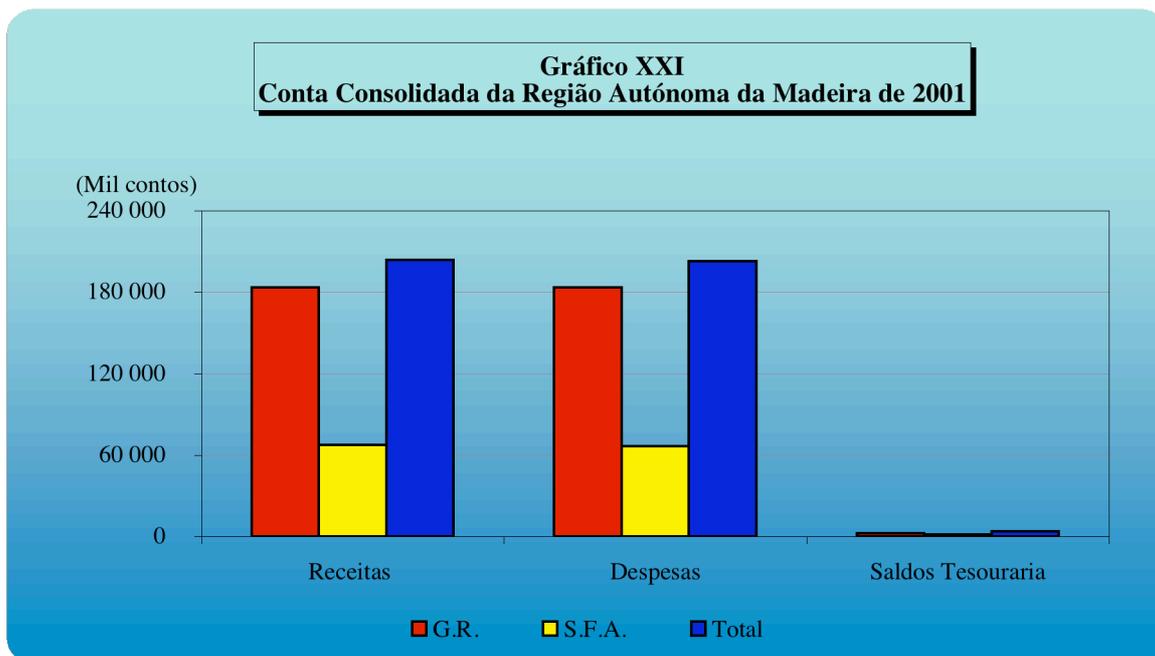
Quadro XXIX
Conta consolidada da Região Autónoma da Madeira

(escudos)

| Designação | Governo Regional | Serviços e Fundos Autónomos | Total |
|---|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| 1. Receitas correntes | 109 347 655 944,0 | 46 304 206 311,1 | 114 292 421 837,1 |
| 1.1. Impostos directos | 36 436 623 846,0 | 0,0 | 36 436 623 846,0 |
| 1.2. Impostos indirectos | 67 324 789 123,0 | 0,0 | 67 324 789 123,0 |
| 1.3. Transferências correntes | 1 659 027 269,0 | 44 884 589 125,0 | 5 184 175 976,0 |
| 1.3.1. Administrações públicas | 1 563 068 652,0 | 41 860 501 991,0 | 2 064 130 225,0 |
| 1.3.2. Comunidades Europeias | 95 958 617,0 | 3 021 291 934,0 | 3 117 250 551,0 |
| 1.3.3. Outras transferências | 0,0 | 2 795 200,0 | 2 795 200,0 |
| 1.4. Outras receitas correntes | 3 927 215 706,0 | 1 419 617 186,1 | 5 346 832 892,1 |
| 2. Despesas correntes | 117 045 818 035,0 | 57 999 847 556,3 | 133 686 225 173,3 |
| 2.1. Pessoal | 49 534 824 837,0 | 26 157 551 322,0 | 75 692 376 159,0 |
| 2.2. Aquisição de bens e serviços correntes | 12 756 526 554,0 | 16 509 526 689,3 | 29 266 053 243,3 |
| 2.3. Transferências correntes | 48 588 347 121,0 | 9 342 001 978,0 | 16 570 908 681,0 |
| 2.3.1. Administrações públicas | 41 526 981 799,0 | 1 031 889 000,0 | 1 199 430 381,0 |
| 2.3.2. Outras transferências | 7 061 365 322,0 | 8 310 112 978,0 | 15 371 478 300,0 |
| 2.4. Outras despesas correntes | 6 166 119 523,0 | 5 990 767 567,0 | 12 156 887 090,0 |
| 3. Saldo corrente (3)=(1)-(2) | -7 698 162 091,0 | -11 695 641 245,2 | -19 393 803 336,2 |
| 4. Receitas de capital | 73 336 158 139,1 | 21 117 351 264,2 | 88 942 108 905,3 |
| 4.1. Transferências de capital | 57 532 700 559,0 | 8 055 543 572,0 | 60 076 843 633,0 |
| 4.1.1. Administrações públicas | 35 220 857 000,0 | 6 135 461 208,0 | 35 844 917 710,0 |
| 4.1.2. Comunidades Europeias | 12 309 188 852,0 | 1 920 082 364,0 | 14 229 271 216,0 |
| 4.1.3. Outras transferências | 10 002 654 707,0 | 0,0 | 10 002 654 707,0 |
| 4.2. Outras receitas de capital | 15 803 457 580,1 | 13 061 807 692,2 | 28 865 265 272,3 |
| 5. Despesas de capital | 66 156 408 753,0 | 8 298 182 018,0 | 68 943 190 273,0 |
| 5.1. Aquisição de bens de capital | 38 435 704 333,0 | 3 951 178 244,0 | 42 386 882 577,0 |
| 5.2. Transferências de capital | 13 223 453 752,0 | 3 935 898 783,0 | 11 647 952 037,0 |
| 5.2.1. Administrações públicas | 11 501 649 496,0 | 693 326 138,0 | 6 683 575 136,0 |
| 5.2.2. Outras transferências | 1 721 804 256,0 | 3 242 572 645,0 | 4 964 376 901,0 |
| 5.3. Outras despesas de capital | 14 497 250 668,0 | 411 104 991,0 | 14 908 355 659,0 |
| 6. Saldo capital (6)=(4)-(5) | 7 179 749 386,1 | 12 819 169 246,2 | 19 998 918 632,3 |
| 7. Reposições não abatidas nos pagamentos | 574 054 457,0 | 8 617 136,0 | 582 671 593,0 |
| 8. Saldo global (8)=(3)+(6)+(7) | 55 641 752,1 | 1 132 145 137,0 | 1 187 786 889,1 |
| 9. Saldo de recursos de terceiros | 2 217 859 260,5 | 418 538 083,7 | 2 636 397 344,2 |
| 10. Saldo de contas de ordem | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| 11. Saldos de tesouraria | 2 273 501 012,6 | 1 550 683 220,7 | 3 824 184 233,3 |

receitas e despesas do Governo Regional da Madeira e dos serviços e fundos autónomos, referentes a esse ano.

A conta consolidada apresenta um saldo global de 1 187,8 mil contos, o qual acrescido do saldo de contas de ordem e de recursos próprios de terceiros perfaz o saldo de tesouraria no valor de 3 824,2 mil contos. Deste saldo, 2,3 milhões de contos estão afectos ao Governo Regional e o remanescente (1,6 milhões de contos) aos serviços e fundos autónomos.



As receitas e as despesas totais consolidadas, com exclusão das contas de ordem e dos recursos próprios de terceiros foram, respectivamente, de 203,2 milhões de contos e 202,6 milhões de contos. Estes valores foram, em ambos os casos, maioritariamente, afectos ao Governo Regional.

As despesas correntes consolidadas foram de 133,7 milhões de contos. Nestas, destacaram-se as *despesas com o pessoal* no valor de 75,7 milhões de contos e a *aquisição de bens e serviços correntes* no valor de 29,3 milhões de contos.

As *transferências correntes* e as *outras despesas correntes* ascenderam a 16,6 milhões de contos e a 12,2 milhões de contos, respectivamente.

As despesas de capital consolidadas, foram de 68,9 milhões de contos dos quais 42,4 milhões de contos destinaram-se à *aquisição de bens de capital* e 11,6 milhões de contos às *transferências de capital*.

As outras despesas de capital foram de 14,9 milhões de contos.

Nas receitas correntes consolidadas, à semelhança do sucedido nos anos anteriores, os *impostos directos* e os *impostos indirectos* foram os agrupamentos com maior relevo atingindo

cobranças de 36,4 milhões de contos e 67,3 milhões de contos, respectivamente. Seguiram-se as *transferências correntes* com 5,2 milhões de contos e as *outras receitas correntes* (5,3 milhões de contos).

As *transferências de capital* cujo valor foi de 60,1 milhões de contos representaram cerca de 67,5% das receitas de capital consolidadas. Seguiram-se as *outras receitas de capital*, onde estão incluídos os *passivos financeiros*, com 28,9 milhões de contos.

Secretaria Regional do Plano e Finanças, 18 de Dezembro de 2002.